



América Latina: o ocaso da esperança? Brasil em evidência

Alair Silveira¹

Resumo

Este artigo objetiva refletir sobre o ocaso das experiências governativas latino-americanas conhecidas como ‘de esquerda’, tendo como foco o Brasil. Desta forma, a partir da identificação das principais convergências entre esses governos que permitiram sua caracterização como expressão da ‘onda rosa’, essas experiências foram consideradas sob a lógica do capital e das lutas sociais, reconhecendo à política a centralidade dessas relações. Comparados, os países latino-americanos revelam um processo de desestabilização política reproduzido sob um *script* organizado sobre de três eixos: econômico, moral e político. Objeto particular da análise, a grave crise brasileira revela a agudização do processo de desestabilização, expressa sob a forma do *impeachment* que, articulada ao crescimento impressionante das manifestações de intolerância social, serve como terreno fértil para o laboratório de iniciativas autoritárias. Em todo esse processo, o Partido dos Trabalhadores (PT) tem responsabilidade fundamental não apenas pelo aprofundamento do neoliberalismo e pela corrosão ética do próprio Partido, mas, conseqüentemente, por sua inegável ascendência sobre os movimentos sociais, pelo seu silenciamento. Nestas condições, as dimensões da crise brasileira requerem mais do que a defesa da democracia e do Estado de direito: requerem a rearticulação das lutas coletivas baseada na autonomia classista.

Palavras-chave: experiência governativa; desestabilização política; crise brasileira; intolerância social; impeachment;

América Latina: el descenso de la esperanza? Brasil en manifiesto

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el anochecer de las experiencias gubernativas latino-americanas conocidas “de izquierda”, teniendo como foco el Brasil. De esta forma, a partir de la identificación de las principales convergencias entre esos gobiernos que permitieron su caracterización como expresión de la ‘ola rosa’, esas experiencias fueron consideradas sobre la lógica del capital y de las luchas sociales, reconociendo a la política la centralidad de esas relaciones. Comparados, los países latino-americanos rebelan un proceso de desestabilización política reproducido sobre un *script* organizado sobre tres ejes: económicos, moral y político. Objeto particular del análisis, la grave crisis de Brasil revela la agudización del proceso desestabilización, expresa en la forma de *impeachment* que articulada al crecimiento impresionante de la manifestaciones de intolerancia social, sirve como terreno

¹ Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política (SOCIP) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa MERQO (Mídia, Estado, Relações de Poder e Questões Sociais). Militante Sindical: ADUFMAT – Seção Sindical AN-DES/SN. Área de atuação: Ciência Política, América Latina, Partidos Políticos, Estado e Mundo do Trabalho.

fértil para el laboratorio de iniciativas autoritarias. En todo ese proceso, el Partido dos Trabalhadores (PT) tiene responsabilidad fundamental no apenas por aprofundar el neoliberalismo y por la corrosión ética del propio Partido, mas, consecuentemente, por su innegable ascendencia sobre los movimientos sociales, por su silenciamiento. En estas condiciones, las dimensiones de la crisis brasilera requieren más de lo que la defensa de la democracia y del Estado de derecho: requieren la articulación de las luchas colectivas basadas en la autonomía clasista.

Palabras llaves; experiencias gubernativas, desestabilización política, crisis brasilera, intolerancia social, impeachment.

Latin America: the decline of hope? Brazil in perspective

Abstract

This article aims to reflect on the decline of Latin American government experiences known as 'left', focusing on Brazil. Thus, from the identification of the main similarities between these governments that allowed their characterization as an expression of 'pink wave', these experiences were considered under the logic of capital and social struggles, recognizing the political centrality of these relations. Compared to each other, Latin American countries reveal a process of political destabilization reproduced in an organized script on three pillars: economic, moral and political. Particular object of this analysis, the serious Brazilian crisis reveals the worsening in the process of destabilization, expressed in the form of impeachment, which articulated with the impressive growth of social intolerance manifestations, serves as fertile ground for laboratory authoritarian initiatives. Throughout this process, the PT has a fundamental responsibility not only by the deepening of neoliberalism and ethics corrosion Party itself, but consequently for its undeniable influence on social movements, for their silencing. Under these conditions, the dimensions of the Brazilian crisis require more than the defense of democracy and the rule of law: require the re-articulation of collective struggles based on classist autonomy.

Keywords: Administrative experience; political instability; Brazilian crisis; social intolerance; impeachment;

Se a esperança representa confiança e expectativa na realização de coisas boas, quando socialmente partilhada, representa, também, um “sonho que se sonha junto” e, por isso, o “começo da realidade”, conforme Cervantes. E para responder à realidade e dar viabilidade aos ‘*sonhos sonhados juntos*’, os latino-americanos buscaram construir, mesmo sob os anos de chumbo, alternativas de poder.

A América Latina, em particular nas últimas décadas do século XX - e em pleno processo de recrudescimento neoliberal e, portanto, de contração democrática nos países centrais - reinventou “la política de las calles” (CALDERÓN, 1982). Assim, na contramão dos sentenciamentos de “tanto fim”, como lamentou Roberto Kurz (1992), os latino-

americanos não apenas esgarçaram os limites da democracia eleitoral, mas (re)construíram sonhos e esperanças. Ao fazê-lo, reafirmaram a sobrevivência daqueles cujo fim já fora decretado: história, ideologia, classe social, marxismo, sindicatos, lutas coletivas etc. Nesse sentido, promoveram a *‘política das ruas’* reivindicando tanto a inclusão e/ou expansão de direitos sociais² fundamentais, quanto o reconhecimento do protagonismo político de sujeitos sociais historicamente excluídos da agenda do Estado.

Articuladas ao crescimento - e desenvolvimento - econômico “desigual e combinado” (TROTSKY, 2000) entre países centrais e periféricos, as experiências políticas e sociais construídas na resistência às crises econômicas e às experiências ditatoriais³ durante a Guerra Fria constituíram o terreno fértil não apenas para a emergência do protagonismo coletivo, mas de novos referentes políticos.

Durante a Ditadura e/ou após o processo de redemocratização, alguns países latino-americanos experimentaram inovações tanto de movimentos sociais e populares, quanto de movimentos sindicais. Em alguns casos, como no exemplo da Bolívia, os chamados “novos movimentos sociais”⁴ inovaram, inclusive, na criação de organizações coletivas que combinaram a experiência sindical acumulada pela histórica Central Operária Boliviana (COB) com a experiência ancestral dos povos indígenas originários. No Brasil, o “novo sindicalismo” foi construído no calor das lutas operárias e do enfrentamento ao “sindicalismo de Estado”. Na Argentina, foram os desempregados que deram origem ao movimento de “los piqueteros”⁵, que junto com outras forças sociais, forçaram a passagem de cinco presidentes⁶

² Para Maria da Glória Gohn, diferentemente dos movimentos sociais europeus e estadunidenses, os movimentos latino-americanos lutaram, em sua maioria, “por terra, casa, comida, equipamentos coletivos básicos. Ou seja, necessidades sociais materiais básicas elementares à sobrevivência, direitos sociais básicos elementares” (2011; p. 228).

³ Dos 20 países que compõem a América Latina, somente Costa Rica, Cuba, México e Venezuela não experimentaram intervenções militares no período compreendido entre 1945 e 1990.

⁴ Na Bolívia, há uma profícua reflexão sobre a caracterização desses movimentos. Para alguns autores, trata-se de movimentos inovadores que “[...] no tienen ninguna continuidad con el pasado, ni con las organizaciones de ese pasado” (NEGRI, 2008, p. 18). Nas palavras de Álvaro García Linera (2008), esses movimentos são mais adequadamente definidos como “multitud”. Em contraposição, Luis Tapia (2008) considera que esses “novos movimentos”, em verdade, refletem a mobilização de “[...] un conjunto de organizaciones de vieja data, muchas de ellas con tradiciones corporativas, que en coyunturas excepcionales han salido fuera de su ámbito normal y se han encontrado con otras fuerzas, produciendo la autovalorización (2008, p. 79).

⁵ Originalmente constituído por desempregados argentinos no início dos anos 90 (e expansão no final dessa década), ampliou sua base de apoio social no auge da crise econômica e política, em 2001.

⁶ Fernando de la Rúa renunciou em 20/12/01. E, na sequência e de maneira fugaz, assumiram: Federico Ramón Puerta (Presidente do Senado); o governador da província San Luís, Adolfo Rodríguez Saá; o presidente da Câmara, Eduardo Oscar Camaño e, por fim, Eduardo Duhalde, governador da província de Buenos Aires, que permaneceu até maio de 2003, quando Nestor Kirchner foi eleito.

no curto espaço de 12 dias, em dezembro de 2001.

A emergência desses “novos movimentos sociais”, entretanto, não representa a manifestação da superação da sociedade classista, mas, ao contrário, a expressão de formas inovadoras de organização da *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 1999). Não por acaso, esses ‘novos movimentos’ latino-americanos refletem a insurgência coletiva contra o desemprego, o colonialismo interno⁷ e a exclusão social, dentre tantas outras lutas que compõem o cotidiano latino-americano.

Se comuns são as lutas, a resistência e a rebeldia, na Bolívia e no Brasil a emergência desses *novos movimientos* trouxe consigo a necessidade da criação de partido político de conteúdo radicalizado, na perspectiva da emancipação dos povos campesino-originários e dos trabalhadores explorados. Nesse sentido, a desconfiança nos partidos políticos existentes e a demanda pela criação de um “instrumento político”⁸ independente e a serviço dos interesses dos trabalhadores forçou a construção de organização partidária capaz de permitir a disputa eleitoral a partir da convergência de um programa partidário minimamente unificado.

Nesse particular, as experiências da Bolívia e do Brasil revelam-se diferenciadas, na medida em que as organizações partidárias são construídas coletiva e concomitantemente ao processo de construção das próprias lideranças políticas que, posteriormente, tornar-se-iam primeiros mandatários. No Brasil, Luís Inácio Lula da Silva (2003) e, na Bolívia, Evo Morales Aima (2006).

Desta forma, se nesses dois países seus líderes foram construídos junto com seus partidos e movimentos coletivos, em outros países da América Latina, líderes alçados ao Poder sob a responsabilidade (e a esperança) da transformação social serviram-se de partidos já consagrados ou partidos constituídos a partir da articulação de pequenos grupos. No primeiro caso⁹, é possível identificar a ascensão de Nestor Kirchner (2003), na Argentina; Michele Bachelet (2006), no Chile; e, por fim, Jose Mujica (2010), no Uruguai. No segundo¹⁰, Hugo

⁷ Como sintetizou Mamerto Pérez: “[...] la discriminación indígena en Bolivia [...] es una construcción estructural de relaciones sociales que, por tanto, no se presenta sólo en o desde el Estado, sino que se produce y reproduce en todos los ámbitos de las relaciones entre las personas o sus grupos mayores de la sociedad, definidas por su condición o no de indígenas, y donde está implícita la noción de inferioridad y subordinación de unos frente a la supuesta superioridad de otros” (2006; p. 267-268).

⁸ Na Bolívia, os “nuevos movimientos sociales” deram origem ao Movimento ao Socialismo (MAS), no início dos anos 90 e, no Brasil, o “novo sindicalismo” gerou o Partido dos Trabalhadores (PT), no início dos anos 80.

⁹ Partido Justicialista/Peronista (1947), na Argentina. Partido Socialista (1933), no Chile e, no Uruguai, a Frente Ampla, criada em 1971, aglutinando partidos e organizações consideradas de ‘centro-esquerda’ uruguaias. Dentre eles, o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros, organização de origem de Pepe Mujica.

¹⁰ O PAIS (Movimiento Patria Altiva y Soberana), que assegurou a eleição de Rafael Correa, no Equador, foi fundado em 2006, embora o projeto tenha iniciado alguns anos antes. No Paraguai, Fernando Lugo concorreu

Chávez (1999), na Venezuela; Rafael Correa (2007), no Equador; e Fernando Lugo (2008), na Paraguai.

A diferença quanto à experiência partidária desses líderes não é um aspecto secundário e merece, no mínimo, algumas rápidas considerações. Primeiramente porque é possível ponderar que a situação de dirigentes políticos que se fazem junto com suas organizações partidárias é paradoxal e diferenciada: de uma parte, têm ao lado de si inúmeros outros iguais que, ao mesmo tempo em que lhes reconhecem a liderança, lhes fiscalizam as posições e as ações. De outra, porque a depender das relações estabelecidas no processo de consolidação político-partidária podem alcançar níveis de independência política relevantes que lhes permita atuar como dirigentes que, mais do que companheiros de uma causa comum, convertem-se em uma espécie de líderes “carismáticos”¹¹ frente aos demais. As experiências tanto de Lula quanto de Evo Morales são relevantes quanto a esses paradoxos, guardando entre si semelhanças e diferenças¹².

Em segundo lugar, porque líderes que se projetaram em partidos políticos com lastro na vida pública se beneficiam de um capital partidário que o transcende. Tanto no que diz respeito às expectativas transformadoras associadas ao partido, quanto às ressalvas eleitorais eventualmente existentes a partir dessa história. Desta maneira, em determinadas circunstâncias, os referentes sociais predominantes associados ao partido podem servir como importantes alavancas em contextos eleitorais de crise e de expectativas mudancistas.

Em terceiro e último lugar, líderes que se comprometem com a criação de partidos políticos a partir da articulação de pequenos grupos também experimentam possibilidades contrapostas. De um lado, não experimentam o controle mais direto e massivo dos iguais no processo de construção e vivência partidária, posto que esse está restrito a um grupo menor. Ao mesmo tempo, não dispõem do lastro que a experiência partidária pode representar em termos de apoio militante e social mais consolidado. Por outro lado, essas iniciativas parecem indicar potencialidade eleitoral pessoal expressiva, associada às circunstâncias eleitorais que sempre,

por uma Coligação chamada Alianza Patriótica por el Cambio, em 2008. Essa Coligação reuniu partidos do chamado campo ‘centro-esquerda’. Hugo Chávez, na Venezuela, foi um dos criadores do Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 que, em 1997, foi transformado no Movimiento V República, pelo qual foi eleito em 1998.

¹¹ A utilização do termo tem como referência, especialmente, a definição weberiana, para quem o poder carismático reflete capacidades mágicas, “qualidades sobrenaturais [...] extracotidianos” que é externo ao próprio líder, isso é, depende de qualidades que seus seguidores lhe atribuem. Como observa Weber: “[...] é uma entrega crente e inteiramente pessoal nascida do entusiasmo ou da miséria e esperança” (1991; p. 159).

¹² Tese de doutorado de minha autoria debruçou-se, de forma comparada, sobre a legitimidade social de ambos os governos. **Bolívia e Brasil: os fundamentos comparados da legitimidade social dos governos Evo Morales e Lula**. PROLAM/USP, 2015.

em qualquer um dos casos, sempre combina força partidária, conjuntura política e econômica, comportamento e cultura eleitoral e, atributos pessoais.

Em que pese não ser objeto desse artigo a análise dos resultados eleitorais de nenhum dos presidentes latino-americanos, nem tampouco o contexto em que se saíram vitoriosos, esses líderes foram, rapidamente, associados à ‘onda rosa’ latina, caracterizada pela eleição de governos considerados de ‘esquerda’. E apesar dos termos ‘direita’ e ‘esquerda’¹³ serem tão fluídos ao ponto de, muitas vezes, confundir-se com uma mera condição de contraposição ao governo e não, propriamente, de conteúdo programático, essa tentativa de homogeneidade assentou-se, especialmente, sobre quatro pontos fundamentais: (a) maior independência em relação aos EUA; (b) mais ‘populistas’¹⁴ na perspectiva das políticas compensatórias¹⁵; (c) mais favoráveis à maior participação estatal; e, por fim, (d) mais dispostos à integração regional.

Desta forma, o rótulo de ‘esquerda’ cabe tanto àqueles que lhes criticam o pressuposto ‘populismo econômico’ e ‘irresponsabilidade fiscal’, quanto àqueles que lhes creditam compromissos socialdemocratas que, no fundo, constituem políticas neoliberais. Consequentemente, a crítica e/ou a apologia à chamada ‘esquerda’ permite o silêncio tanto de uns quanto de outros sobre os projetos de sociedade que tais líderes e seus partidos, através do exercício do governo, implementam.

Nesse sentido, para analistas de ‘esquerda’ esses governos são considerados pós-neoliberais e neodesenvolvimentistas, isto é, expressam a ruptura com o neoliberalismo. Para analistas à ‘direita’, esses governos são irresponsáveis do ponto de vista fiscal, populistas do ponto de vista social e arcaicos do ponto de vista das relações internacionais. Sob essa perspectiva, a integração latino-americana eleita como prioridade pela maioria desses governos constitui-se em erro tanto econômico quanto político.

¹³ Seja na perspectiva clássica que contrapõe progressistas a conservadores, muitos estudiosos atribuem à “*igualdade*” um dos principais pontos de clivagem entre uma e outra. Para André Singer, a partir da análise da autolocalização ideológica dos entrevistados, tanto a ‘esquerda’ quanto a ‘direita’ defendem a igualdade. Diferenciam-se, entretanto, quanto a “*como*” alcançá-la, se através da “*autoridade reforçada do Estado ou contra ela*” (2000; p. 157). No caso, a resistência da ‘esquerda’ à autoridade do Estado está relacionada à intervenção estatal repressiva. Norberto Bobbio (2001), por sua vez, acrescenta à tríade igualdade-desigualdade historicamente associada à esquerda e à direita, a problemática da “*liberdade*” e da “*autoridade*”, creditando às posições intermediárias (de centro) o equilíbrio entre a tríade igualdade, liberdade e autoridade.

¹⁴ Necessário esclarecer que o populismo não constitui um projeto societário, mas *una estrategia política y un estilo de hacer política*, como bem esclareceu De La Torre (2008, p. 46).

¹⁵ Em 2009, a UNICAMP fez um mapa dos programas de transferência de renda na América Latina e no Caribe. Em muitos países, contudo, esses programas não foram criados a partir da posse dos presidentes considerados de ‘esquerda’. Porém, como as políticas focalizadas (compensatórias) fazem parte do ideário neoliberal e não do ideário universalista socialdemocrata, sua expansão na região torna-se bastante reveladora quanto ao alcance transformador da ‘onda rosa’.

Abstraída, assim, a análise de cada um desses governos, é relevante refletir não somente sobre o que os assemelha, mas, também, as reações comuns que provoca. Desta forma, independente do quanto seus governos efetivamente rompem com o projeto neoliberal, esses governos carregam consigo - sob a ótica do grande capital e dos seus aliados – dois ‘defeitos congênitos’: 1) resultam de partidos e/ou lideranças estreitamente associadas às lutas coletivas e/ou demandas sociais primárias (como o direito elementar à alimentação, à moradia, ao emprego etc); 2) priorizam ações externas mais independentes em relação aos EUA e mais solidárias em relação à integração regional. Esses dois ‘defeitos congênitos’ os transformam em governos “não-confiáveis” e, a depender do grau de ‘ousadia’ das suas políticas internas e externas, potencialmente “insuportáveis”. O contraponto a essa intolerância está relacionado à consistência da base social desses governos e líderes, permitindo-lhes maior ou menor resistência às sistemáticas investidas de desestabilização política.

Temos, assim, que se Hugo Chávez inaugurou, em 1999, a formação da ‘*onda rosa*’ (coincidentalmente o ano do início das manifestações anti-globalização, em Seattle), os anos seguintes serão pródigos na eleição de líderes identificados, socialmente, como alternativas de transformação, revelando a disposição eleitoral majoritária.

Contudo, em que pese o alcance das ‘transformações’ sociais realizadas no “limite do possível”¹⁶, a intolerância do grande capital e seus aliados para com quaisquer transformações que possam restringir seus lucros e, especialmente, alterar relações de subserviência regional e de classe, convertem não apenas direitos trabalhistas e sociais em privilégios, mas, o acesso a direitos civis elementares como elementos desestabilizadores da ‘ordem’. Não é casual, portanto, que Bolívia, Equador e Venezuela tenham promovido mudanças substanciais nas suas respectivas Constituições¹⁷ e, apesar do alcance social e democrático das suas mudanças constitucionais, as referências sobre as mesmas, nos espaços midiáticos, restrinjam-se, na maioria das vezes, à crítica às prerrogativas de reeleição¹⁸.

É preciso compreender, contudo, que a intolerância do grande capital e seus aliados a esses líderes e seus governos não reflete um antagonismo fundado sobre uma ameaça aos seus

¹⁶ Como elogiou Saturnino Braga, referindo-se a Lula: “[...] tivemos um presidente cujo maior talento é a capacidade de negociação. [...] Ele sabe avançar o máximo que pode avançar, sem ultrapassar esse máximo” (2010; p. 53).

¹⁷ Reconhecimento do plurinacionalismo, da democracia participativa, da justiça indígena, o “bien vivir” (que não significa ‘*viver bem*’), da eleição para Poder Judiciário (no caso da Bolívia), do limite à propriedade rural (latifúndio) etc, são algumas das transformações trazidas por essas Constituições.

¹⁸ Nesse particular é interessante anotar que a reeleição não é um instrumento criado recentemente, nem tampouco um recurso latino-americano. Na Alemanha, por exemplo, não há limites para a reeleição. A atual chanceler, Angela Merkel, governa desde 2005. Helmut Kohl, por sua vez, governou entre 1982 e 1998.

interesses de classe, na medida em que esses interesses não foram – nem são - ameaçados por esses governos. Isto é: nem mesmo líderes mais independentes e ‘ousados’ no verbo e na ação, como Hugo Chávez, Rafael Correa e Evo Morales implementaram políticas impeditivas e/ou restritivas à valorização do capital. No máximo, buscaram firmar o caráter público do Estado no sentido de reorganizar as fontes de receita e cumprir, dentro desses limites, suas obrigações sociais. Desta maneira, a intolerância do grande capital e seus aliados¹⁹ responde à desconfiança política que esses líderes (e seus partidos) suscitam, na medida em que ‘ousam’ ser mais independentes. E, como líderes sociais com ascendência política sobre segmentos expressivos das organizações coletivas dos trabalhadores, usarem dessa ascendência para, efetivamente, promoverem mudanças mais substanciais sobre a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Obviamente que, quanto maior for a densidade da crise do capital, maior será a intolerância e a desconfiança desse sujeito social e seus aliados em relação a líderes e governos mais autônomos. Não se trata, pois, de antagonismo de classe frente a governos anti-sistêmicos e hostis ao capital. Trata-se, somente, de governos que têm como diferencial – na terra arrasada dos tempos neoliberais – uma disposição para promover alguma espécie de inclusão social compensatória, apoiando-se em relações populares e sindicais relevantes. No que concerne à inclusão social e ao papel ativo do Estado são significativamente mais tímidos e limitados do que as experiências populistas²⁰ de meados do século XX, na América Latina.

Desta maneira e nessas circunstâncias, duas têm sido as formas de intervenção mais comuns: a) aquela mais tradicional à história latino-americana, que é o recurso à interdição dos presidentes civis através da força, como foram as experiências na Venezuela (frustrada, em 2002) e em Honduras²¹, em 2009, realizada com êxito; b) outra, mais elaborada, mais len-

¹⁹ É relevante registrar duas oportunidades em que essa ‘intolerância’ de ordem política e econômica articulou-se mais expressamente à cultura ‘colonial’ que perfaz as relações internacionais. Ambos episódios envolveram dois presidentes latino-americanos: o primeiro, em 2007, quando o Rei Espanhol interveio abruptamente, interpelando Hugo Chávez: “Por que no te calas?”; o segundo, em 2013, quando o avião presidencial da Bolívia teve sua autorização de escala cancelada e, Evo Morales foi submetido a situação de risco, além de vexatória. Como registrou Boaventura de Souza Santos: “Senhor Presidente sabe melhor do que qualquer um de nós que se tratou de mais um ato de arrogância colonial [...] Para a Europa, um presidente índio é sempre mais índio do que presidente.” (**Desculpe, Presidente Evo Morales**. Carta Maior, 17/07/2013).

²⁰ A forma populista de fazer política, articulada ao Modelo Substitutivo das Importações no contexto bélico mundial, fomentou tanto a industrialização quanto o papel protagônico do Estado. Consequentemente, o populismo caracterizou-se tanto pela emergência da classe operária e os esforços estatais para tutelá-las, quanto a conquista de direitos trabalhistas e sindicais, em um movimento socialmente expansivo, claramente diferenciado do atual, caracterizado pelo movimento contração/subtração de direitos e conquistas sociais e trabalhistas. Muitas vezes com o protagonismo do Poder Executivo ou do partido do governo.

²¹ A influência de Hugo Chávez na América Latina fez-se sentir não apenas pela força do verbo, mas por ações dedicadas à formação de organizações regionais (como a ALBA e a UNASUL), mas, também, por programas como o Petrocaribe. Consequentemente, o ‘bolivarianismo’ e/ou ‘socialismo do século XXI’ (re)criados por

ta e mais massiva, envolve um processo de descrédito e desestabilização política, de maneira a criar as condições sociais para sua substituição pelas vias institucionais. Esse processo, a depender da combinação de condições favoráveis, pode ser abreviado. No Paraguai, em 2012, o chamado “golpe parlamentar” destituiu Fernando Lugo em um julgamento de *impeachment* que durou menos de 24 horas.

É possível observar que a segunda forma – mais rebuscada – segue uma espécie de *script* de desestabilização. Esse *script* organiza-se sobre a economia, a moral e a política. No caso da economia, trata-se de uma incansável cobertura negativa da economia nacional (desemprego, produção e mercado estagnados, falta de perspectivas pessoais e empresariais etc). Trata-se de um “estado de emergência econômica”, como nomeou Leda Paulani (2010), não somente para justificar o “estado de exceção” que serve aos interesses do capital através das políticas neoliberais, mas, também, para alimentar a desesperança e o consequente ressentimento social, necessários à desestabilização desses governos. No Chile, por exemplo, mesmo com a aprovação da gratuidade do ensino universitário nas instituições públicas e sem fins lucrativos (uma das promessas de campanha da Presidente), Michelle Bachelet não consegue recuperar índices de popularidade, sob o persistente fogo cruzado do chamado ‘*pessimismo econômico*’.

Quanto à exploração da moral como eixo desestabilizador, é a corrupção o principal mote moralizador. Assim, as denúncias de corrupção preenchem exaustivamente os noticiários, sob a forma de um fenômeno recente e localizado, e, também, como uma manifestação individual e/ou de pequenos grupos. Nessa perspectiva de deformação individual, a natureza estrutural da corrupção sequer é ventilada. Consequentemente, a crítica à ausência de “virtude” à lá Montesquieu não somente desconsidera que o princípio da república democrática é de ordem política e não moral, da mesma forma que está atrelada às condições de equidade social que permitem, nas democracias, igualdade entre governantes e governados.

Desta forma, a utilização moral da corrupção que não alcança a estrutura social, embora se apresente como demanda moral, cumpre o papel de desestabilização política antes do que qualquer propósito de bani-la e/ou restringi-la na prática das relações entre Estado e capital. Nesse intuito, a corrupção associada ao pessimismo econômico é poderoso instrumento de desestabilização.

Por fim, o recurso à polarização social funciona como um resultado político necessário

Chávez transformaram-se em referentes políticos capazes de antagonizar simpatizantes e detratores para além das fronteiras da Venezuela. Assim, uma das “acusações” ao então presidente hondurenho Manuel Zelaya era a sua adesão ao “chavismo”.

à legitimidade de proposituras não democráticas e/ou antidemocráticas. Na medida em que esses governos, muitas vezes, contam com uma base de apoio social relativamente orgânica (sindicatos, movimentos sociais, indígenas, populares etc), além da adesão inorgânica de um número não desprezível de dependentes (diretos e indiretos) das políticas compensatórias por eles criadas e/ou expandidas, há a necessidade de construir uma base social de mobilização capaz de demonstrar, publicamente, a insatisfação, a revolta e o esgotamento coletivo com o ‘estado das coisas’. Nesse sentido, as manifestações de indignação coletiva dirigidas a esses governos e líderes são utilizadas como demonstração da legitimidade para medidas institucionais de ‘contenção’ da situação de ‘caos’ cotidiano e, portanto, para o retorno ao crescimento econômico, à extração dos corruptos dos espaços públicos e, por fim, da volta à ‘normalidade’ da ordem das coisas.

O êxito dessa empreitada, contudo, depende da capacidade de reação e resistência desses líderes e governos, apoiados nas suas bases sociais. Considerando apenas alguns países latino-americanos, é possível destacar exemplos de mobilização social polarizada: nos anos 2007 e 2008, as ações protagonizadas pelos produtores rurais na Argentina, assim como os violentos enfrentamentos que antecederam a Nova Constituição Plurinacional do Estado, na Bolívia; em 2014 e 2015, a reação social contra o projeto de taxação da herança e do lucro imobiliário, no Equador e, na Venezuela, mais um violento enfrentamento social contra o “bolivarianismo” de Nicolas Maduro²². No caso de Honduras, em 2009, e do Paraguai, em 2012, a resistência social em defesa desses governos não foi suficiente para garantir sua continuidade.

O êxito desse *script* depende, também e fundamentalmente, da participação engajada e massificadora dos meios de comunicação de massa. Sob a auto-justificada ‘missão informativa imparcial’, a grande mídia reverbera insistente e incansavelmente determinadas versões sobre determinados fatos e pessoas, conformando uma determinada visão dos fatos, das pessoas e do mundo. Como resumiu Ignacio Ramonet: “[...] conglomerados midiáticos são grandes atores do mercado e, ao mesmo tempo, sua missão é difundir ideologias disfarçadas de informação”, conseqüentemente, sua grande ‘missão’ “[...] é domesticar as sociedades” (2013; p. 63-64).

O engajamento militante da grande mídia reflete, antes de tudo, comprometimento

²² Há inúmeras denúncias sobre o financiamento de organizações estadunidenses para os “contras” que se mobilizam internamente, nos moldes dos “contras” nicaraguenses. Desde 2002 (com a tentativa frustrada de golpe na Venezuela), muitas denúncias vieram à tona com relação aos recursos externos destinados à desestabilização interna de países latino-americanos não afinados com os interesses capitaneados pelos EUA. Além de financiamento dos “contras”, outras formas de ‘contribuição’ externa à desestabilização interna têm sido denunciadas – e enfrentadas – como declarações indevidas por embaixadores.

com seus interesses econômicos e políticos, porém, diferentemente de outros conglomerados econômicos, faz política negando fazê-la. Para isso, esconde-se sob a conveniência do apelo à liberdade de expressão, apropriada como direito exclusivo da própria mídia, a qual exerce poder de veto sobre a liberdade de expressão daqueles sem poder de mercado. Trata-se de uma “liberdade democrática” sem direito ao contraditório e sem condições isonômicas de tempo e espaço. Afinal, “[...] os projetos mercadológicos e as ênfases editoriais podem variar, menos num ponto-chave: operam, consensualmente, para reproduzir a ordem do consumo e conservar hegemonias constituídas” (MORAES, 2013; p. 21).

Entretanto, em que pese o exercício do poder pela mídia depender de concessão pública do Estado, somente Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai e Venezuela ‘ousaram’ enfrentá-lo, estabelecendo impedimentos legais para a formação de oligopólios midiáticos, além da criação de instrumentos destinados à ‘desconcentrar’ o exercício institucional da comunicação. Como declarou Atilio Boron em evento sobre o tema, no dia 23/07/15, no Equador: “Não há democracia genuína sem democratizar os meios de comunicação”²³.

Confrontada por alguns governos, porém não neutralizada em termos do enorme poder que detém ao lidar com a mercadoria da informação em tempos históricos marcados pela sobrevalorização da informação e do conhecimento (embora ambos não sejam, absolutamente, sinônimos), a mídia atua, em muitos casos, como “intelectual orgânico” capaz de ‘orientar’ as “massas”²⁴. Consequentemente, a reação midiática ao governo de Cristina Kirchner, ao governo de Rafael Correa e ao governo de Hugo Chávez (e, na atualidade, ao governo de Nicolas Maduro) reverbera não apenas nos limites das fronteiras nacionais, mas ecoa nos demais países através de uma caracterização que combina o bizarro, o irresponsável e o autoritário.

A questão que se coloca - nessa perspectiva mais geral quanto aos governos da chamada ‘onda rosa’, as resistências que provocam, o grau de satisfação das esperanças das quais foram depositários e, portanto, seu possível esgotamento na América Latina - está relacionada a um conjunto de relações dialeticamente imbricadas entre si. De um lado, não é possível desconsiderar a persistência de uma cultura ‘escravagista’ que conforma os interesses de classe nas elites latino-americanas, acostumadas a tratar com subalternos e não com indivíduos portadores de direitos, mesmo que no campo das relações formais do Direito. De outro lado, o

²³ Nesse particular, a criação da Telesur (2005) constitui uma importante iniciativa da Venezuela, em parceria com Cuba, Uruguai, Argentina, Bolívia, Equador e Nicarágua, no sentido de viabilizar um canal multinacional, cuja pretensão é permitir o acesso a outras perspectivas sobre o que ocorre na América Latina e no mundo. Com o mesmo intuito foi criado, em 2011, a União Latino-americana de Agências de Notícias (ULAN), envolvendo países como Peru, Brasil, México, Guatemala e Paraguai.

²⁴ No sentido clássico de W. Mills (1957), contrapondo-se à “opinião pública”, que demanda espaços de discussão públicos, capazes de interagir com o contraditório e construir uma opinião efetivamente pública.

grau de satisfação alcançado por esses sujeitos sociais que emergiram organicamente no campo da intervenção política, frente à experiência governativa de um ‘*compañero*’ alçado ao Poder Executivo Central. Nesse sentido, as experiências governativas desses líderes detêm papel fundamental para o êxito na mobilização social necessária à própria sustentação política.

Desta forma, mesmo que esses governantes atuem na “linha da menor resistência” ao capital (MÉSZÁROS, 2011), esforçando-se para alargar as fronteiras de inclusão social sem extrapolar os ‘limites do possível’, seus ‘defeitos congênitos’ não lhes permitem usufruir da confiança política necessária, especialmente nos momentos de crise econômica. Essa, afinal, oferece a oportunidade, ao capital e seus aliados, de livrar-se de lideranças úteis²⁵, porém, não confiáveis. Daí porque a escolha da política da “linha da menor resistência” não lhes garante segurança, muito menos gratidão, como recorrentemente reclama Lula, ao declarar que “nunca os ricos ganharam tanto como no meu governo.”

Assim, se apesar da “linha da menor” resistência, essas lideranças e seus partidos cederem – e mais grave ainda – promoverem a corrupção²⁶, associando-a à crise econômica, a fragilidade desses governos diante do *script* é imensa, pois dificilmente poderão contar, para se manter no poder, com a base de apoio que o ajudou a ascender a ele. Consequentemente, é sobre o alcance social das experiências governativas que essa base de apoio pode sustentar-se.

Desta forma, considerando os oito países que conformaram a ‘onda rosa’ do último ano da década de 90 até os dias atuais, Paraguai e Argentina estão sendo presididos por grandes empresários: Horácio Cortes, do setor tabagista, no Paraguai; e Mauricio Macri, da Sociedade Macri, que atua na construção, correios, coleta de lixo e automóveis. Não por acaso, Mauricio Macri tem recebido elogios da grande imprensa pela sua disposição em retomar o pagamento dos Fundos “Abutre”²⁷ e, principalmente, restabelecer as ‘boas’ relações com os

²⁵É oportuno lembrar, aqui, os ensinamentos de Maquiavel e de Marx. Dizia Maquiavel: “[...] os grandes, ao descobrir que não podem resistir ao povo, principiam a formar a reputação de um de seus elementos e o tornam príncipe, para, sob sua sombra, satisfazer seus apetites.” Marx, por sua vez, afirmava: “[...] quanto mais capaz for uma classe dominante de incorporar os homens mais eminentes das classes dominadas, tanto mais sólida e perigosa será sua dominação.”

²⁶ Considerando a “onda rosa”, as denúncias de corrupção alcançam, triste e poderosamente, os governos de Cristina Kirchner, Evo Morales, Lula e Dilma, Michelle Bachelet e Nicolás Maduro.

²⁷ Assim denominados porque se especializaram em comprar a dívida de países com problemas e, depois, agirem para obter o máximo de retorno possível. Nestor e Cristina Kirchner conseguiram renegociar as dívidas, em 2005 e 2010, alcançando um desconto de até 70% por parte de 93% dos credores, 7% recusaram-se a negociar. Com decisão favorável a esses credores na Justiça americana, em 2014, o acordo fechado por Mauricio Macri com quatro desses Fundos prevê o pagamento de US\$ 4,4 bilhões até 14/04/16 e outros US\$ 263 milhões serão gastos para o pagamento de custas judiciais desde 2014 (CARNEIRO, Mariana. **Governo da Argentina chega a acordo com fundos ‘abutres’**. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 mar. 2016).

EUA.

Na Bolívia, a derrota do SIM no Plebiscito sobre a alteração do art. 168 da Constituição, permitindo a reeleição do Evo Morales, foi considerada um indicativo do esgotamento do governo de Evo Morales e um alento para as oposições bolivianas. Ocorre, entretanto, que o resultado final revelou uma polarização muito grande: 51,30% para o NÃO e 48,70% para o SIM. E, nesse caso, muitos daqueles que votaram contrários à possibilidade da reeleição²⁸ não necessariamente estão favoráveis à interrupção do processo de ‘*cambio*’ inaugurado pelo governo Evo Morales²⁹. Na Bolívia, apesar da ascendência exercida por Evo Morales e pelo MAS, os movimentos sociais mantêm relações mais autônomas em relação a ambos³⁰.

Entre os demais, certamente a situação da Venezuela e do Brasil são as mais delicadas, além de guardarem muitas semelhanças entre si: os atuais governos são dirigidos por duas personalidades que não dispõem da habilidade e da ascendência política que caracterizavam Hugo Chávez e Lula; ambas as economias estão em crise; a mídia tem sido implacável; as denúncias de corrupção são cotidianas e fartas; há chances de impedimento institucional³¹ e, por fim, a sociedade está claramente polarizada.

Tem-se, assim, que a instabilidade é altíssima em ambos os países. Na Venezuela porque não é possível recorrer à figura de Hugo Chávez para re-aglutinar as forças, nem contar com alguma reação dos preços do petróleo para reanimar a economia, o que contribui para o agravamento do quadro, inclusive com o comprometimento dos pontos de apoio social baseados nos programas de transferência de renda. No Brasil, como veremos na seção seguinte desse artigo, o governo de Dilma pode(ria) contar com a presença ativa de Lula, porém, sua figura está significativamente debilitada pela quantidade de denúncias que o alcança, assim como à sua família e ao seu partido.

Desta forma, nesses quase 18 anos de ‘onda rosa’ latino-americana, a esperança que alçou ao Poder líderes oriundos das lutas sociais e/ou reconhecidos como comprometidos com

²⁸ O primeiro mandato de Evo Morales foi de 2006/2009, posto que o mandato foi encurtado em razão da aprovação da Nova Constituição. Reeleito em 2009, assumiu como primeiro mandato da Nova Constituição para o mandato de 2010/2015. Em 2015, foi reeleito para o segundo mandato da Nova Constituição ou terceiro mandato consecutivo.

²⁹ Expressivo desse sentimento é a pichação em alguns lugares públicos do País, revelando contrariedade à continuidade de Evo Morales, mas reconhecendo os avanços sociais de seu governo: “Gracias, pero no.”

³⁰ O chamado ‘gasolinazo’ foi considerado o grande divisor de águas nas relações entre os movimentos sociais e o governo, forçando-o a recuar, revogando o Decreto Supremo 748.

³¹ Com a vitória da coalizão de oposição venezuelana, a chamada *Mesa de la Unidad Democrática* (MUD) conquistou, em dezembro de 2015, 99 das 167 cadeiras da Assembleia Nacional. À frente do Parlamento, a oposição tem trabalhado com o objetivo de “encurtar o mandato” do Presidente. Entre as alternativas que estão sendo estudadas estão emendas à Constituição; referendo revogatório e, finalmente, a renúncia do Presidente.

as causas sociais conseguiu produzir mudanças que, no universo das carências extremas de excluídos sociais, do patrimonialismo estatal e da subserviência aos EUA, são extremamente significativas. Ocorre, portanto, que a dimensão dessas mudanças está relacionada às dimensões das condições que transforma. Porém, sob quaisquer que sejam as condições nacionais consideradas, três elementos são fundamentais para compreender o alcance da satisfação social com as mudanças realizadas: 1) essas foram produzidas no ‘limite do possível’ dos interesses do capital; 2) apesar da opção desses líderes e partidos pela “linha da menor resistência”, seus ‘defeitos congênitos’ não lhes permitiram conquistar a confiança do capital, e, consequentemente, preservar-se de eventuais ações desestabilizadoras; 3) ao optar pela “linha da menor resistência” e agir dentro do “limite do possível”, muitos desses governos tiveram dificuldades em manter sua base de apoio social original, posto que segmentos mais críticos dessa base afastaram-se, sentindo-se traídos nas suas expectativas e esperanças. E, mesmo que outros segmentos possam ter sido incorporados à base de apoio, como segmentos economicamente vulneráveis e/ou oportunistas políticos, esses dificilmente constituem base orgânica e leal a esses governos.

Nessas condições mais gerais, a crise brasileira adquire dimensões – e implicações – ainda mais inquietantes, especialmente quando consideradas a dinâmica das relações de desenvolvimento do capital e do trabalho, assim como o contexto das relações políticas e econômicas latino-americanas. Por consequência, a análise sobre a atual crise brasileira inscreve-se articulada a esses referentes.

BRASIL: Uma nota sobre a dinâmica conjuntura atual

O Brasil vive hoje, provavelmente, a maior crise da sua história. Sob todos os aspectos, encontra-se imerso na volatilidade dos fatos, na dicotomia jurídica e das ruas, na processualidade penal de seus representantes, nas dimensões negativas da economia e sob o *modus operandi* da “exclusividade” midiática.

A crise que envolve o governo de Dilma Rousseff não teve início com sua reeleição em outubro de 2014, mas remete à eclosão de poderosas manifestações de rua em junho de 2013, revelando enorme insatisfação social com as prioridades políticas do governo que, ao mesmo tempo em que cedia às exigências da FIFA para a Copa do Mundo, mantinha, dentre outras coisas, a hipossuficiência para a educação e a saúde.

As Jornadas de Junho expuseram mais do que uma gigantesca disposição de ocupar as ruas contra o estado de coisas vigente no País. Elas revelaram, também, sinais do esgotamento

de um modelo pautado sobre a reprimarização (*commodities* e, portanto, profundamente dependente do mercado externo), a expansão do setor de serviços (com relações de trabalho mais precárias e baixos salários), o aumento do salário mínimo (mantido distante do que preceitua a Constituição Federal) e o aumento do consumo e do crédito (especialmente através de consignados, aumentando substancialmente os níveis de endividamento de trabalhadores e aposentados).

Desta forma, a tentativa hercúlea e irrealizável de promover os lucros do capital e, ao mesmo tempo, atenuar os níveis de miséria e pobreza somente poderia funcionar – de forma superficial – enquanto a situação de bonança econômica não comprometesse os interesses dos primeiros e, também, não afetasse as receitas do Estado, permitindo-lhe a continuidade das políticas focalizadas através das quais atua sobre a vulnerabilidade social; não necessariamente sobre a redistribuição de renda.

A opção pela manutenção do projeto neoliberal sob o verniz discursivo da socialdemocracia não foi resultado da ambiência estatal como justificam alguns, para quem o Estado possui uma lógica própria que a todos condiciona e submete, subtraindo-lhes a possibilidade de ‘fazer diferente’. O aprofundamento da agenda neoliberal pelo PT, no exercício do Poder Federal, responde à adesão anterior, do Partido, aos elementos constitutivos do neoliberalismo³². E, da mesma forma que, em 1992, o Partido expulsou correntes socialistas do seu interior, em 2003, expulsou as correntes socialdemocratas que não se ajustavam às novas diretrizes partidárias.

Coerente, portanto, com o ideário neoliberal, a ‘governabilidade congressional’ justificou todo tipo de acordo com qualquer espécie de partido e liderança política³³, frustrando muitos militantes e simpatizantes petistas. Assim, juntamente com a composição ministerial suprapartidária, as alianças congressuais vitalizadas pelo espírito de “patronagem” (à lá Weber) e o protagonismo em projetos de lei inscritos sob a lógica das contrarreformas neoliberais, o governo Lula cercou-se de uma base de sustentação política tão ampla quanto não-confiável.

Do ponto de vista da classe-que-vive-do-trabalho, conseguiu expandir sua base de apoio (inorgânica) sobre aqueles segmentos social e economicamente vulneráveis³⁴, manteve parcelas significativas de trabalhadores organizados em sindicatos, movimentos sociais,

³² Devido aos limites desse artigo, remeto essa discussão à minha tese op. Citada. A Carta ao Povo Brasileiro, exaustivamente citada, é apenas a face mais conhecida.

³³ Marco Nobre (2013) identifica no PT a adesão à prática que ele nomeia como “condomínio pemedebista”.

³⁴ André Singer reconhece a importância desse segmento no processo de constituição do “lulismo” (2012).

populares e estudantis³⁵ e alcançou apoio circunstancial de segmentos da classe média em conjunturas favoráveis. Porém, perdeu apoio em segmentos importantes, porém, minoritários, de trabalhadores e estudantes organizados³⁶, em razão das políticas contrárias aos interesses da *classe-que-vive-do-trabalho*.

Não por acaso, um expoente do pensamento (neo)liberal brasileiro, Antônio Delfim Netto, nas eleições de 2006, defendeu a reeleição de Lula em razão da sua ascendência sobre os trabalhadores, especialmente diante da necessidade de agilizar a aprovação das contrarreformas que tramitavam no Congresso. Pragmáticos, grandes empresários manifestaram-se, admitindo que tanto a eleição de Lula (PT) quanto de Geraldo Alckmin (PSDB) representava a eleição do mesmo projeto. Reconheciam, porém, o ‘diferencial’ que primeiro possuía em relação ao segundo: a ascendência sobre os trabalhadores.

Desta forma, a eleição de Dilma Rousseff, em 2010, demonstrou não somente a aprovação do governo petista por mais de 56% do eleitorado (em segundo turno, contra José Serra), mas a alta popularidade de Lula (83%), considerada a maior entre todos os presidentes avaliados pelas pesquisas de opinião do DataFolha, em dezembro/2010. Porém, em que pese a linha de continuidade (em maior ou menor grau) entre os governos de Lula e Dilma, essa não possui as habilidades³⁷ de Lula e, tampouco, desfruta das condições mais favoráveis que o beneficiaram.

A contração econômica³⁸ combinada à opção do então governo Dilma em aprofundar políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores (sem dispor, entretanto, da ascendência de

³⁵ É relevante registrar que embora esses segmentos reconhecessem a implementação do projeto neoliberal pelo governo Lula, restringiam sua aplicação à esfera econômica e a justificavam-na sob o argumento da bifurcação inexorável: globalização e lógica estatal. Na base dessa bifurcação encontrava-se a esperança: é preciso ‘criar’ as condições para promover as transformações necessárias. E, para isso, é necessário tempo e paciência. Desta forma, por mais críticas que essas organizações fizessem à política econômica, a esfera “política” era preservada. Especialmente a figura pessoal de Lula.

³⁶ No início do primeiro governo Lula, especialmente após a aprovação da contrarreforma da Previdência, muitos trabalhadores organizados romperam com a CUT e criaram, em 2004, a CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas). Também segmentos estudantis romperam com a UNE e criaram, como parte da CONLUTAS, a CONLUTE (Coordenação Nacional de Lutas Estudantis).

³⁷ As habilidades negociais de Lula e o “carisma” que o envolve - especialmente nas relações com os trabalhadores - lhe permite, inclusive, justificar políticas neoliberais como se social-democráticas fossem, amparar-se no neopopulismo como forma de fazer política, estabelecendo relações diretas e afetivas não mais com o ‘trabalhador’ mas com o ‘povo’, preferencialmente sem a intermediação partidária, cujo principal inimigo não é mais o capital, mas a ‘elite preconceituosa’ e a ‘mídia’. As dimensões dessas habilidades foram devidamente comprovadas nas eleições de 2006, quando Lula foi reeleito sob o impacto das graves denúncias do Mensalão (2005), envolvendo altos dirigentes e ministros petistas.

³⁸ O impacto da grave crise do capital, em 2008, no Brasil, teria a força de uma “marolinha”, segundo Lula. Equivocada a avaliação, seu impacto retardatário não significou menor abrangência e/ou força socialmente destrutiva. Vide os índices de desemprego e/ou contração (para alguns economistas, recessão) econômica.

Lula sobre os setores organizados da base social de apoio ao governo), articulada ao desmonte destrutivo da saúde e da educação pública (nos moldes do ideário neoliberal), foram o fermento explosivo que eclodiu nas Jornadas de Junho. Trata-se, portanto, de uma crise que já apresentara os fundamentos da irresignação coletiva, ainda sem o elemento corrosivo da corrupção.

Como não há espaços vazios na política, a persistência do PT e seus aliados em manter e aprofundar políticas e contrarreformas neoliberais³⁹, assim como estreitar os compromissos fisiológicos na Casa Congressual (em nome da ‘governabilidade’), não somente aprofundou sendas nas relações do PT com suas bases de apoio, mas permitiu à oposição partidária (não programática) reabilitar-se para se apresentar como alternativa de governo.

Consequentemente, entre as Jornadas de Junho de 2013 e as eleições de 2014 há um descompasso fundamental. Afinal, as aspirações transformadoras que mobilizaram multidões em 2013 se materializaram na reprodução bipolar do mesmo projeto (PT e PSDB) para segundo turno (com a vitória de Dilma sobre Aécio Neves, por 51,65%) e a eleição de uma representação congressual predominantemente conservadora⁴⁰. Neste sentido, a rebeldia mudancista de 2013 reacomodou-se, esmagadoramente, entre os representantes mais tradicionais e conservadores da vida nacional.

Desta forma, junto com os resultados eleitorais de 2014, também emergiu a potência destruidora das denúncias de corrupção que alcançaram políticos e empresários de grande porte, apresentando ao conhecimento público tanto a Operação Lava Jato (iniciada em março/14), quanto o Juiz Federal de 1ª Instância, de Curitiba/PR, Sérgio Moro. Nessas circunstâncias, em poucos meses configurou-se uma trágica e grave realidade: os principais

³⁹ Somente a título de registro é possível anotar: **a)** Ajuste Fiscal I e II (que penalizam profundamente o trabalho, mas, não alcança o capital); **b)** Acordo com PSDB com relação ao Pré-Sal; **c)** Inúmeros Projetos de Lei que tramitam no Congresso, cujo objeto é a privatização parcial da Universidade Pública e Saúde Pública; a subtração de direitos trabalhistas; a criminalização da atividade docente (vide o projeto sobre Assédio Moral, por exemplo) entre outros; **d)** A Lei Antiterrorismo (que permite a classificação de manifestações coletivas como ‘terroristas’. E, nesse particular, a invasão recente do Sindicato dos Metalúrgicos em Diadema, sem qualquer explicação plausível, tem sido considerada uma amostra do ‘alcance’ da Lei); **e)** A intocabilidade (e aprofundamento) da Dívida Pública, reiterada em janeiro/16 pela recusa da Presidente em aprovar a Auditoria Cidadã da Dívida, apesar da Dívida consumir mais de 46% do orçamento público. Nesse particular, importa registrar que o Equador, após a Auditoria Cidadã da Dívida, reduziu a dívida em 70%; **f)** As contrarreformas da Previdência; Trabalhista e Sindical; do Estado/Administrativa; Tributária (mantendo imutável a lógica regressiva que orienta a política tributária brasileira); Universitária; e, por fim, Política. Muitas dessas, diante de reações pontuais, têm sido fatiadas, de maneira a garantir aprovação; **g)** A manutenção da DRU e a sua extensão para estados e municípios etc.

⁴⁰ De acordo com o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), as eleições de 2014 representaram o aumento de militares, religiosos, ruralistas e outros segmentos mais identificados com o conservadorismo dentro do Congresso Nacional. Em contrapartida, a bancada de representação formada por parlamentares comprometidos com a vida sindical e movimentos sociais sofreu redução em mais de 50% (Estadão, 06/10/2014).

representantes institucionais do Poder Executivo e do Poder Legislativo estão envolvidos em graves denúncias de corrupção e/ou irregularidades. No Poder Executivo, a Presidente afastada e o presidente interino Michel Temer (PMDB/SP) enfrentam, no TSE, denúncias quanto a irregularidades e abuso de poder econômico durante as eleições. No caso da Presidente afastada Dilma Rousseff (PT/RS), além dos processos no TSE, foi acolhida a admissibilidade de *impeachment* pelo Senado Federal⁴¹. No Poder Legislativo, o Presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL) e o Presidente afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha⁴² (PMDB/RJ) estão envolvidos em denúncias de corrupção. Além deles, vários são os parlamentares citados nas inúmeras denúncias de corrupção. De acordo com as listas de “contribuições” descobertas nas dependências da Odebrecht, dos 28 partidos com representação na Câmara Federal, 19 foram ‘beneficiados’, abrangendo mais de 280 parlamentares.

As dimensões da crise brasileira, entretanto, somente podem ser apreendidas se considerados o destacado papel da grande mídia, as polêmicas decisões judiciais e, também, a reocupação polarizada das ruas.

Tem-se, assim, que o mesmo processo ‘tsunâmico’ que revela – em velocidade surpreendente - as denúncias e as delações “premiadas” que preenchem o cotidiano nacional, é aquele que organiza a convergência analítica dos fatos revelados, destacando alguns em detrimento de outros. E, por consequência, promove a relevância política de uns ante a derrocada de outros. Não se trata, aqui, da (des)consideração do mérito, mas a forma como os fatos são relatados, analisados e reiterados, através de uma dinâmica que se organiza sobre a variedade convergente das opiniões ‘consultadas’ e a repetição exaustiva do mesmo argumento.

Esse *modus operandi* da grande imprensa, por óbvio, permite a construção de uma

⁴¹ Se na Câmara Federal o placar foi de 367 favoráveis e 137 votos contrários; no Senado, a admissibilidade do *impeachment* também foi avassaladora: dos 78 senadores presentes, 55 votaram positivamente à abertura do processo de *impeachment*, contra 22 votos contrários. Registre-se que existe decisão do Ministro do STF, Marco Aurélio Mello, determinando o desarquivamento e a instalação de comissão especial para análise do pedido de *impeachment* contra o presidente interino Michel Temer, na medida em que, segundo proponente da ação, o advogado Mariel Márley Marra, o Vice também cometeu “crime de responsabilidade e atentado contra a lei orçamentária” (acusações que pesam contra a Presidente), tendo em vista seus despachos sobre o assunto no período em que substituiu a Presidente durante viagens internacionais.

⁴² Conforme decisão do Ministro do STF, Teori Zavascki, no dia 05/05/2016, o então Presidente da Câmara dos Deputados não poderá exercer seu mandato nem tampouco a Presidência da Casa durante o desenrolar do processo. De acordo com despacho do Ministro: “Os elementos fáticos e jurídicos aqui considerados denunciam que a permanência do requerido, o deputado federal Eduardo Cunha, no livre exercício de seu mandato parlamentar e à frente da função de Presidente da Câmara dos Deputados, além de representar risco para as investigações penais sediadas neste Supremo Tribunal Federal, é um pejorativo que conspira contra a própria dignidade da instituição por ele liderada. Nada, absolutamente nada, se pode extrair da Constituição que possa, minimamente, justificar a sua permanência no exercício dessas elevadas funções públicas”.

opinião “de massa” (como é da gênese dos meios de comunicação de massa), orientada para uma causa com forte apelo moral (combate à corrupção) e, conseqüentemente, criminalização daqueles que ofendem tal moral. Se a causa (combate à corrupção) e o objeto (a punição daqueles que a praticam) são, indiscutivelmente, corretas e justas, o problema que persiste é a forma como o processo é ‘socializado’ de maneira a construir certezas e produzir os resultados esperados.

No caso brasileiro (assim como em outras experiências latinas), o desenrolar das tramas (e dramas) que preenche o cotidiano político nacional responde a uma combinação trágica que assenta fundamento, de um lado, na corrosão implosiva do PT, sob o ponto de vista ético e programático, que o levou a abandonar não apenas seus compromissos de classe, mas aderir aos interesses e práticas de seus inimigos de classe e adversários políticos; de outro, no pragmatismo exacerbado que caracteriza o “fazer político” do grande capital e dos seus aliados, que pode tolerar alguns ‘líderes’ sem lastro de fidelidade aos seus interesses, estabelecendo com eles relações de mútua reciprocidade conjuntural, as quais não significam, entretanto, qualquer relação de compromisso. Aliás, o pragmatismo que caracteriza o grande capital e seus aliados não lhes permite, inclusive, relações de fidelidade com seus expoentes mais dedicados⁴³.

A adesão ao Projeto neoliberal, às práticas “condominiais pemedebistas” (NOBRE, 2013) e à corrupção como recurso de intermediação para qualquer natureza (votações, cargos, fundo partidário, enriquecimento pessoal etc), transformaram o PT em uma espécie trágica de espectro insepulto do PT das origens. Primeiro porque sepultou, em vida, o capital ético e a esperança a ele associada, como partido da transformação social; em segundo, lhe comprometeu as bases sociais de apoio; em terceiro, o deixou vulnerável ao ataque voraz do grande capital e seus aliados estruturado sobre a combinação nefasta da crise econômica e da crise política através do “estado de emergência comunicacional”⁴⁴.

As dimensões da crise política estão, portanto, diretamente atreladas às manifestações judiciais; às movimentações partidárias, em particular do PMDB; às reações do PT; e, por fim, as manifestações populares favoráveis e contrárias ao retorno de Dilma Rousseff.

⁴³ A título de exemplo: Collor de Mello, em 1992, quando a força das ruas selou seu destino e a Globo, por exemplo, precisou aderir ao *impeachment* para não expor (ainda mais) a fragilidade do mote que, reiteradamente, precisa reafirmar para tentar convencer: o da sua imparcialidade. Naquelas circunstâncias, esgotados os recursos para inviabilizar o *impeachment*, foi preciso “queimar” um dos seus, de maneira a preservar, intocada, a continuidade do projeto neoliberal por Collor inaugurado no Brasil.

⁴⁴ Expressão apropriadamente utilizada por André Singer (**Roteiro de um golpe?** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mar. 2016. Opinião, A2), para analisar a velocidade da cobertura midiática para ‘revelar’ fatos negativos associados ao PT, ao Lula e à Dilma.

Ante a possibilidade de concretização do impedimento definitivo da Presidente, conduzido por um Congresso com diversos parlamentares e partidos sob suspeita de corrupção, a Justiça tem assumido papel central, especialmente por meio da atuação protagônica do Juiz Sérgio Moro⁴⁵. Como produto desse “protagonismo” exagerado que ao mesmo tempo que lhe assegura popularidade, lhe induz ao excesso de confiança capaz de lhe corroer a legitimidade, o Juiz autorizou a “condução coercitiva” de Lula (04/03) e, no dia da nomeação de Lula como Ministro da Casa Civil, a publicização das interceptações telefônicas do ex-presidente, inclusive com o próprio advogado e a Presidente Dilma Rousseff⁴⁶. Aproveitando a oportunidade, três promotores do estado de S. Paulo solicitaram a prisão preventiva de Lula, no dia 10/03/2016, sob a alegação de possível destruição de provas e obstrução da Justiça.

Além dessas, outras medidas têm sido questionadas – e denunciadas - por outros operadores do Direito, seja através de Manifesto⁴⁷ lançado em 15/01/2016, seja pela banalização da “delação premiada”, seja pela seletividade⁴⁸ com que o conteúdo das deleções é investigado e publicizado. Nesse particular, a “competência” da mídia em obter ‘*furos de reportagem*’ e informações “exclusivas”⁴⁹ tem chamado atenção mesmo dos mais desatentos.

A exposição das conversas privadas de Lula serviu não apenas para “provar” um provável interesse em protegê-lo, via foro privilegiado, do alcance do Juiz Sérgio Moro, mas,

⁴⁵ Rodrigo Janot, Procurador Geral da República, em carta dirigida ao Ministério Público, conclamou à necessidade de “apagar o brilho personalista da vaidade” e acabar com as práticas do “messianismo” e “cizânias personalistas” (*Folha de S. Paulo*, 22/03/2016).

⁴⁶ A exposição da interlocução de Lula com a presidente demonstrou a celeridade incomum da Justiça em publicar o conteúdo das conversas, sem qualquer cuidado com relação a aspectos legais, como a instância competente (STF) para avaliar seu conteúdo e eventual divulgação (determinado na Lei 9.296/96) e, por fim, a distorção aberta entre o que é dito ao telefone por Dilma Rousseff e a sobreposição da ‘interpretação’ da mídia, substituindo a afirmação “[...] tô mandando ‘Bessias’ junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse” por “para você usar em caso de necessidade”.

⁴⁷ Carta aberta em repúdio ao regime de superação episódica de direitos e garantias verificado na Operação Lava Jato.

⁴⁸ A denúncia quanto à seletividade das investigações e do destaque à divulgação de alguns envolvidos em relação a outros, envolve, inclusive, a celeridade incomum com que a Justiça tem atuado, assim como a possível urgência em concluir as investigações e publicização das suas investigações ajustada ao propósito de desestabilizar o governo (removendo-o legalmente através do *impeachment*). Dessa forma, de acordo com alguns analistas, objetiva, também, manter fora da alçada investigativa (e punitiva) não somente outros políticos, mas, inclusive, relações suspeitas que alcançam FIFA e Organizações Globo, dentre outros.

⁴⁹ De acordo com o filósofo Euclides André Mance, somente a Globo declarou 230 vezes ter obtido informações sobre a Lava Jato com “exclusividade” (**As provas de um crime**, 17/03/2016). A Revista *IstoÉ* divulgou, com ‘exclusividade’ e antes mesmo do fechamento dos termos da delação premiada de Senador Delcídio do Amaral (ex-PT/MS), o envolvimento de Lula e de Dilma nas práticas de corrupção. As revistas *Veja* e *Época* “contribuem” regularmente com reportagens exclusivas.

também, para carimbá-lo como a expressão de “mentes autocráticas e arrogantes”, como definiu o ministro do STF, Celso de Mello, em resposta às afirmações (interceptadas) de Lula sobre o acovardamento da Suprema Corte, da Justiça e do Parlamento.

Com a exploração exaustiva das conversas privadas não exclusivas à interlocução de Lula⁵⁰; a divulgação da conversa telefônica entre o Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, e o assessor especial do Senador Delcídio do Amaral, José Eduardo Marzagão, sugerindo “solidariedade” ao Senador preso, através da articulação de ‘redes’ de apoio; a suspensão da nomeação de Lula pelo Ministro do STF, Gilmar Mendes⁵¹, determinando, concomitantemente, a manutenção das investigações sobre Lula sob a responsabilidade do Juiz Sérgio Moro; o conteúdo explosivo da delação premiada do Senador Delcídio Amaral (ex-líder do governo no Senado), alcançando Lula e Dilma, além de outros expoentes do PT (embora também envolvam políticos de outros partidos); e, por fim, a reação social demandando o “Fora Dilma” e o “Impeachment Já”, reanimaram os partidos da oposição e, em particular, o então vice-presidente Michel Temer e o PMDB, no sentido de forçar as fronteiras da resistência por parte do governo e do PT, permitindo o seu impedimento legal e a composição de uma alternativa de Poder pós-Dilma/PT⁵².

Nesse particular, a atuação dos partidos políticos – não somente de oposição – tem convergido para o isolamento e a vulnerabilidade do governo. Em que pese a lógica da autopreservação partidária que orienta partidos aliançados sem referentes programáticos, mas fisiológicos, este ‘desembarque partidário’ das estruturas governistas responde às opções petistas conformadas no âmbito da governabilidade congressional, sob os princípios norteadores do “condomínio pemedebista”, conforme nomeou Nobre (2013).

⁵⁰ Também conversas entre o então ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, e o presidente nacional do PT, Rui Falcão, assim como da mulher de Lula com o filho, têm sido exaustivamente reproduzidas, de maneira a conformar uma imagem negativa de Lula, de seus familiares e, por óbvio, de petistas. A utilização sensacionalista dessas conversas, de acordo com o Ministro do STF, Marco Aurélio de Mello, não apenas está em desacordo com o que determina a Lei 9.296/96, mas demonstra “atropelo à ordem constitucional” (entrevista ao Sul21, no dia 20/03/2016).

⁵¹ As posições anti-petistas do Ministro Gilmar Mendes são de conhecimento público. Porém, isso não o fez declarar-se impedido de analisar o mandado de segurança contra a posse de Lula, impetrado pelo PPS. Nem tampouco, a relação de proximidade que mantém com a advogada Marilda de Paula Silveira que assinou o pedido. Ambos são colegas no Instituto Brasileiro de Direito Público. Em decisão recente (13/05/2016), um dia após ter autorizado a coleta de provas contra o Senador Aécio Neves (PSDB/MG), no processo da estatal Furnas, Gilmar Mendes mandou voltar atrás e decidiu suspender os efeitos da decisão.

⁵² Dentre as alternativas oferecidas constam o chamado “semi-presidencialismo”, a renúncia da Presidente e/ou o impedimento legal. Como a primeira alternativa não encontrou eco social e foi contestada como solução para problemas que têm origem no funcionamento partidário e a segunda foi taxativamente refutada pela Presidente, restou a votação massiva na admissibilidade do *impeachment* nas duas Casas legislativas.

Se ao PSDB e seus parceiros tradicionais de oposição coube resistir ao resultado eleitoral, reclamando recontagem de votos e, depois, encampando a campanha contra a corrupção⁵³ e pelo *impeachment*, a muitos outros partidos que participaram ativamente do ‘condomínio da governabilidade’ e, portanto, desfrutaram do período de bonança petista, sobrou o desembarque apressado⁵⁴.

O PMDB – segunda maior bancada da Câmara e maior bancada do Senado – é um partido *sui generis*: de um lado, detém a vice-presidência da República, a Presidência da Câmara⁵⁵ e a Presidência do Senado. E, apesar de todos terem sido denunciados por ilicitudes, o Partido apresenta-se engajado na luta contra a corrupção e em consonância com os reclames “das ruas”. Além disso, o PMDB goza de uma “fortuna” excepcional: exerce, pela terceira vez⁵⁶, a Presidência da República sem, contudo, tê-la disputado. De outro lado, o PMDB tem a particularidade de ser um partido permanente e concomitantemente associado ao Poder e à oposição. Isto é: mantém-se convenientemente dividido, capaz de barganhar tanto com o governo quanto com a oposição, usando como moeda de troca a força da sua bancada.

Não bastassem essas características peculiares ao PMDB, o presidente licenciado do Partido e, agora, presidente interino da República, Michel Temer, atuou intensa e abertamente para a composição do novo governo⁵⁷, em comunhão com partidos de oposição, na melhor

⁵³ É importante registrar que a posição inicial da oposição (PSDB, PPS, DEM, PSB e SD) com relação a Eduardo Cunha (PMDB/RJ) foi bastante complacente até meados de outubro de 2015, embora as denúncias envolvendo o Presidente da Casa tenham sido encaminhadas pelo Procurador Geral da República, em agosto/15. Não por acaso, levantamento sobre ocorrências na Justiça e/ou Tribunal de Contas envolvendo deputados federais revelou que 58,29% deles têm um ou mais registros, totalizando 1.131 ocorrências entre 214 envolvidos. (<http://revistapiaui.estadao.com.br/lupa/wp-content/uploads/sites/24/2016/04/Dos-513-299-tem-1.131-registrosVALEESTE.pdf>).

⁵⁴ A exceção do PC do B, nenhum outro partido da base do governo votou unitariamente contra o *impeachment*. Mesmo PDT e PR que deliberaram pelo voto contrário conseguiram a fidelidade de seus parlamentares. No caso do PR, o presidente nacional do Partido, deputado Alfredo Nascimento, renunciou ao cargo no momento da votação, para poder votar favorável ao *impeachment*. Anote-se que Alfredo Nascimento foi ministro da pasta dos transportes tanto no governo de Lula quanto de Dilma. Em julho de 2011 foi exonerado na chamada “faxina ética”, sob suspeita de pagamento de propina.

⁵⁵ Com o afastamento de Eduardo Cunha (PMDB/RJ), o Deputado Waldir Maranhão (PP/MA) assumiu interinamente a Presidência da Câmara Federal. O Parlamentar também foi denunciado na Operação Lava Jato e é alvo de inquérito na Procuradoria Geral da República.

⁵⁶ Em 1985, José Sarney assumiu a Presidência em virtude do falecimento de Tancredo Neves. Em 1992, Itamar Franco assumiu a Presidência em razão do *impeachment* de Collor de Mello. E, agora, diante do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, Michel Temer assumiu interinamente, com chances de permanecer o final de 2018.

⁵⁷ Os passos mais decididos nessa direção remetem ao documento intitulado “Ponte para o Futuro”, lançado em outubro de 2015. Na sequência, no início de dezembro/15, foi “vazada” para a imprensa uma carta do vice-presidente, reclamando das relações da Presidente e do PT para com o Vice e o PMDB. Depois do rompimento com o Governo (em março/16), o então vice-presidente não somente agiu no sentido de compor as bases do seu governo, antecipando-se à votação de admissibilidade do impedimento da Presidente, senão que “vazou” áudio de um discurso (cinco dias antes da votação do *impeachment* pela Câmara Federal), em que assumia o compro-

ilustração de um dos ensinamentos de Maquiavel: “Quando não se obrigam para contigo, porém, por decisão e ambição, é porque se ocupam mais de si mesmos do que de ti. Deve o príncipe, assim, permanecer atento e temê-los como se inimigos fossem, pois, na adversidade, ajudarão a levar-te à ruína” (1999, p. 75).

Frente às dimensões da crise, o PT e o governo têm tentado resistir aos incessantes e destrutivos ataques. Em especial porque muitos desses ataques, em que pese serem injustos quanto à forma, não parecem injustos quanto ao conteúdo. Contudo, apesar do abandono de antigos aliados “condominiais” (à lá Nobre) e, também, de antigos companheiros de partido⁵⁸, o PT e seus aliados têm tentado resistir ao *tsunami* da “desestabilização”.

Atuando em duas linhas de frente, paradoxalmente contrapostas, o PT, de um lado, deu continuidade à política neoliberal⁵⁹ contra direitos e interesses dos trabalhadores e à política do fisiologismo de *patronagem*⁶⁰; de outro, investiu na mobilização polarizada da sua base de apoio mais orgânica, assim como segmentos não propriamente fiéis ao Partido, mas, mobilizados na defesa do Estado de Direito e da Democracia.

Nesse sentido, a reação do PT à potência destruidora da imensa crise na qual está imerso é aprofundar as diretrizes sob as quais a adentrou e enlameou-se. Desta forma, se por um lado está convicto de que sua base sustentação social reside nos trabalhadores, por outro, mantém-se convicto na subserviência ao capital. A questão é que se durante mais de 13 anos o PT foi conveniente aos interesses pragmáticos do grande capital e seus aliados, a crise

misso de manter os programas sociais, assim como reafirmar as prioridades de seu governo. Nesse intercurso entre as articulações e a posse como Presidente interino, Michel Temer e o PMDB já avaliavam os possíveis impactos negativos da aplicação das propostas “impopulares” contidas no documento “Ponte para o Futuro” nas eleições municipais de 2016. Em contraposição a essas ações, no dia 01/04/2016, o ex-ministro da Educação e ex-governador do Ceará, Cid Gomes (PDT/CE) protocolou pedido de *impeachment* de Michel Temer. A esse se somam outros três já protocolados.

⁵⁸ Somente no mês de março/16, dois prefeitos petistas anunciaram sua desfiliação (Paulo Duarte, de Corumbá/MS, e Jorge Lapas, de Osasco/SP), assim como o senador Walter Pinheiro (BA). De acordo com levantamento da *Folha de S. Paulo* junto ao TSE, o PT sofreu uma retração de 21,7% no número de jovens filiados (entre 16 e 24 anos) no período comparativo de outubro/2011 e outubro/2015.

⁵⁹ Durante o período em que Joaquim Levy esteve à frente do Ministério da Fazenda, setores significativos do PT o responsabilizavam pela política de ajuste fiscal promovida pelo Governo. Após a saída de Levy (atual diretor financeiro do Banco Mundial) e a posse de Nelson Barbosa (quadro próximo do PT), a política de ajuste fiscal não somente foi mantida mais aprofundada. Para além do ajuste, a proposta encaminhada pelo atual ministro Nelson Barbosa tem por objetivo a adoção de “um limite global para o gasto público da União”, tendo por referência um determinado percentual de despesas em relação ao PIB. Para mantê-lo, a suspensão de novas desonerações, concurso público e despesas discricionárias e a proibição de qualquer aumento nas despesas. Além desses instrumentos iniciais, a proposta prevê o recurso à suspensão de subsídios, ampliação dos cortes e a suspensão de reajustes nominais de salários dos servidores públicos, assim como a paralisação da política de aumento real do salário mínimo.

⁶⁰ Em especial após a ruptura oficial do PMDB com o governo, em 29/03/16, o PT “retomou” os cargos cedidos ao Partido e passou a redistribuí-los a possíveis aliados, como forma de barrar o processo de *impeachment*.

econômica articulada aos apelos moralizadores da anticorrupção e da polarização social permitem ao capital, agora, dispensá-lo.

Como o projeto neoliberal é compatível com o neopopulismo⁶¹, o PT tem apostado na reativação dos vínculos neopopulistas personificados em Lula, não apenas com segmentos sociais vulneráveis, mas, inclusive com sindicatos e movimentos sociais orgânicos. Não por acaso, quanto maior a crise na qual o PT está imerso, maior é a expectativa centrada no potencial político e mobilizador de Lula. Desta forma, se por um lado, o *script* de desestabilização brasileiro precisa alcançar e neutralizar seu maior expoente, por outro, ao fazê-lo, também o revitaliza. Nesse particular, a condução coercitiva de Lula no início de março/16 deu-lhe tanto a oportunidade de reforçar a imagem de vítima⁶², quanto a de tentar recuperar a imagem do Partido. Alguns dias depois, revigorado com as manifestações espontâneas de solidariedade, declarou: “A partir de agora, se me prenderem, eu viro herói. Se me matarem, viro mártir. E, se me deixarem solto, viro presidente de novo” (Estadão, 09/03/2016).

Tem-se, assim, que o PT que resiste, especialmente através da figura (também) debilitada de Lula⁶³, o faz também projetando uma denúncia que o transcende e, por isso, é capaz de mobilizar outros segmentos que não lhe emprestam solidariedade. Esse é o caso da mobilização em Defesa da Democracia, que sob o mote do “Não vai ter Golpe”, tem produzido muitos documentos contrários ao *impeachment* por entendê-lo desprovido das provas comprobatórias de crime de responsabilidade e, mais ainda, por reconhecê-lo inscrito sobre vários processos que desrespeitam os procedimentos legais inerentes ao Estado de Direito.

Se por um lado a crise tem permitido a reaproximação de organizações coletivas⁶⁴

⁶¹ Vide TRAINER (2004); SILVEIRA (2012).

⁶² É pertinente lembrar o episódio de Rubens Ricupero, nas eleições de 1994, quando o então Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco (PMDB), em conversa informal com o repórter da Rede Globo, teve sua fala captada por antena parabólica. Nessa conversa, Ricupero declarou, dentre outras coisas: “Eu não tenho escrúpulos. O que é bom a gente fatura; o que é ruim, esconde.” Com o vazamento, em plena campanha eleitoral para Presidente, muitas foram as avaliações que consideravam o comprometimento da eleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ex-ministro de Relações Exteriores e da Fazenda, do então Governo. Após o vazamento, Ricupero pediu desculpas com voz embargada e chamou para si toda a responsabilidade, atribuindo suas declarações “vaidosas e arrogantes” ao cansaço físico.

⁶³ Pesquisa recente do *Datafolha* registrou 57% de rejeição a Lula entre os possíveis candidatos à Presidência da República, em 2018. Mantém-se, entretanto, como o “melhor presidente” quando a resposta é espontânea. A pesquisa também registra que, apesar da ofensiva cotidiana, o PSDB não se transformou na alternativa eleitoral ante a “derrocada” petista.

⁶⁴ Universidades, Movimentos Sociais e Populares, Igrejas Cristãs (especialmente via CONIC) Sindicatos etc têm promovido debates sobre a Conjuntura, Abaixo-Assinados, Atos Públicos e/ou divulgado manifestos *Em*

antes afastadas pela crítica e conseqüente enfrentamento aos governos petistas, por outro, tem permitido o acirramento da intolerância social muito além dos limites do antagonismo partidário.

Tem-se, assim, que a disputa eleitoral marcada sobre uma pretensa incompatibilidade programática entre PT e PSDB permitiu, a ambos, a construção de campos de referência aparentemente incomunicáveis. Para cada um desses dois campos polarizados o “outro” representa a pior alternativa. Em comum, ambos partidos representam as agremiações partidárias com maior densidade eleitoral (junto com o PMDB) para a implementação do projeto neoliberal.

O problema, entretanto, é que quanto maior é crise do capital, maior é a tendência às manifestações de intolerância com o “outro”⁶⁵. Seja ele um estrangeiro (imigrante e/ou refugiado), seja um patricio marcado por diferenciações de qualquer natureza (regionalidade, orientação sexual, crença religiosa, sexo, etnia etc). Isto é, as manifestações contra o “outro” assumem a forma da discriminação, da intolerância e da violência aberta quanto mais a crise restringe as oportunidades materiais de sobrevivência e qualidade de vida.

No caso brasileiro, as manifestações de intolerância, discriminação e violência não representam novidade, pois fazem parte da própria história nacional. O que surpreende, portanto, é sua expansão como forma de manifestação individual e/ou coletiva que alcança ressonância social. Desta maneira, para além das formas de violência de classe que conformam a nossa história (concomitantes a tantas outras configurações de violência que atendem a motivações sexuais, étnicas, religiosas etc), é possível identificar a banalização de manifestações de discriminação, intolerância e violência paralela à maior tolerância social para com as mesmas.

Nesse sentido, entre a declaração do Senador pelo PFL/SC (hoje DEM) Jorge Bornhausen, nas eleições de 2006, conclamando “acabar com essa raça” (no caso, os petistas); as declarações e manifestações preconceituosas, discriminatórias e claramente hostis contra médicos estrangeiros (Programa Mais Médicos), especialmente cubanos, inclusive por entidades médicas; as iniciativas inomináveis que ultrapassam o desrespeito à instituição da Presidência para alcançar o preconceito contra a mulher, a exemplo de adesivo e de tatuagem altamente ofensivos contra Dilma Rousseff; os apelos para o retorno dos militares; a

Defesa da Democracia. Muitas dessas organizações têm posição crítica em relação ao Governo, porém, manifestam-se em nome da preservação da Democracia e do Estado de Direito.

⁶⁵ Desenvolvi este argumento no artigo intitulado **Violência da intolerância ou da indiferença? Reflexões sobre violência, migração e adoecimento**, publicado na Revista Direito, Trabalho e Política Social (N. 2; 2016).

homenagem do deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ), durante a votação do *impeachment*, ao torturador Brilhante Ustra; a campanha da “Associação Escola sem Partido”⁶⁶, cuja materialização tramita no Congresso Nacional; até a frase impressa em camisetas amarelas das manifestações de 2016: “Quem defende Dilma não lê jornais, se limpa com eles”, o Brasil registra crescentes níveis de intolerância política⁶⁷ e social. Ao final, as manifestações avançam do anti-petismo para o anti-popular. E, nessa expansão irrefreada, as redes sociais constituem excelente canal de expressão irresponsável, na medida em que possibilitam todo tipo de expressão e ofensa sem necessariamente implicar na responsabilização pessoal daquele que as produz.

Importa registrar, entretanto, que essa intolerância não se limita às fronteiras das escolhas partidárias, mas adentra todas as esferas da vida social, como uma espécie de inquisição pós-moderna que julga e condena⁶⁸ aqueles que não partilham das mesmas ideias e valores. A rapidez com que tais “julgamentos” são feitos e a velocidade com que sentenciam impressiona: seja pelas ofensas que divulgam, seja pelas ameaças de morte que veiculam, seja pelas agressões físicas que praticam. Nesse particular, o direito ao contraditório, a tolerância para com o outro e suas ideias, a resolução dos conflitos sem violência e o sentimento de irmandade que constitui os fundamentos da democracia, mesmo em uma perspectiva minimalista (BOBBIO, 1992) têm sido, sistematicamente, desrespeitados. Conseqüentemente, a tênue linha que estabelece o limite entre as paixões partidárias (ou de outra natureza) e as manifestações de intolerância, discriminação e violência precisa ser, permanente e incansavelmente, fortalecida, de maneira a impedir a transformação de paixões mobilizadoras e convergentes em paixões destrutivas e autoritárias.

Nesse contexto de restrição (e *pseudo* solução) da crise ao resultado do *impeachment*, as relações sociais têm sido ativamente esgarçadas. E o esgarçamento dessas relações permite

⁶⁶ Além dos vídeos em que suas posições são promovidas, a Associação dispõe de cinco Projetos de Lei que tramitam no Congresso: PLs 7.180/14; 7.181/14; 867/15; 1.411/15 e 1.859/15.

⁶⁷ Nesse infundável e impressionante rol de manifestações intolerantes e violentas, cabem alguns registros que extrapolam qualquer limite da divergência política: *Facebook* do advogado Luiz Márcio Gurci Nardy, conclamando “Morte ao Lula”; capa da *Veja* com Lula vestido de presidiário entre outras dedicadas à criminalização do Partido e seus representantes; panfletos apócrifos, jogados no local do velório de José Eduardo Dutra (PT/MG), com a frase “Petista bom é petista morto”; recusa de pediatra em prosseguir acompanhamento de filha de petista etc.

⁶⁸ Em recente artigo na *Folha de S. Paulo*, Monica Waldvogel (**Máxima Culpa**, 02/03/16) relatou o sofrimento pessoal com os “linchamentos ferozes” da qual fora vítima, por manifestar dúvida sobre a viabilidade da bicicleta como alternativa ao transporte em S. Paulo. Registre-se que seu artigo foi escrito para emprestar apoio à Fernanda Torres, vítima da virulência destrutiva do “julgamento” em razão das posições que manifestou com relação ao feminismo. Em janeiro/16, no Congresso Nacional do Sindicato dos Professores Universitários, o simples questionamento quanto ao mérito da política de cotas suscitou reações tão desrespeitosas quanto hostis, inviabilizando qualquer tentativa de debate.

que atitudes inicialmente isoladas e, em muitos casos, bizarras sejam banalizadas no imaginário coletivo como forma ‘natural’ de expressar identidades políticas. Essa banalização da indisposição para o contraditório, articulada à tolerância social para com formas intolerantes e autoritárias para resolver diferenças e conflitos, não projeta boas perspectivas. Especialmente porque ela não envolve exclusivamente a base da ‘moral coletiva’ (à lá Durkheim), mas tem se refletido em manifestações particulares cuja funcionalidade está assentada na institucionalidade que as revestem. Nesse sentido, três são os exemplos desse processo de intolerância autoritária e/ou de desapego às regras básicas da *virtú* política da qual falava Maquiavel. Em primeiro lugar, há que considerar o discurso próximo de uma pregação religiosa da professora de Direito Penal (USP/SP), Janaína Paschoal, no dia 04/04/2016, para um público eminentemente universitário. Para a Professora (co-autora da peça jurídica que embasou o pedido de abertura de *impeachment*), trata-se de lutar contra a “República da Cobra⁶⁹” e, para isso, “Deus manda uma legião para cortar as asas da cobra”, arrematando: “Queremos libertar nosso país do cativo de almas e mentes”.

Desta forma, independente das crenças professadas pela Docente, desperta a atenção (e a apreensão), o conteúdo e o gestual utilizados, limitados a uma pregação irada contra a chamada “República da Cobra”, cujos referentes são passionais. Porém, mais do que as manifestações da professora⁷⁰, desperta apreensão as manifestações de apoio que suscitou no público concentrado em frente à Faculdade de Direito da USP. Inclusive, em figuras da estatura acadêmica e histórica de Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr. Afinal, o ambiente acadêmico sempre procurou pautar-se pelo argumento científico e, assim, estabelecer uma relação respeitosa, porém crítica, com referência a manifestações passionais de qualquer natureza.

O segundo exemplo remete às articulações nada sutis do então vice-presidente Michel Temer (PMDB/SP), no sentido de entabular acordos pessoais e partidários para o seu governo, antes mesmo da votação sobre a admissibilidade do pedido de *impeachment* pela Câmara Federal⁷¹. Nesse particular, mais do que a atitude inadmissível para um vice-presidente que,

⁶⁹ Referência à declaração de Lula, que após a condução coercitiva autorizada por Sérgio Moro, declarou: "Se quiseram matar a jararaca, não fizeram direito, pois não bateram na cabeça, bateram no rabo, porque a jararaca está viva." (04/03/2016).

⁷⁰ Diferentemente de outras oportunidades em que a grande mídia deu destaque às manifestações de Janaína Paschoal, esse vídeo não teve repercussão, à exceção das redes sociais, onde viralizou.

⁷¹ A votação sobre a admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, na Câmara Federal, revelou um Parlamento, no mínimo, aquém das suas atribuições. Para além do fato de um processo conduzido por um Presidente denunciado pela PGR, acusado, também, de utilizar recursos condenáveis para postergar o andamento do próprio processo na Casa, Eduardo Cunha estabeleceu um ritmo alucinado de sessões para agilizar a avaliação

claramente, atuou para ocupar a cadeira presidencial, revelou-se a indiferença da maioria das pessoas e a conivência da grande mídia, que se por um lado omitiu-se de qualquer crítica mais incisiva às ações de bastidores de Michel Temer, concedeu-lhe tempo e espaço para projetar-lhe como alternativa de governabilidade, endossando-lhe o acerto quanto às prioridades e compromissos oportunamente “vazados”. À moda 1989, o *Jornal Nacional*⁷² da véspera da votação na Câmara Federal apresentou não apenas as declarações da Presidente, denunciando as ações do vice-presidente (caracterizadas como ‘golpistas’), mas abriu espaço tanto para Michel Temer quanto para o senador Aécio Neves (PSDB/MG) manifestarem-se sobre tais declarações, anulando/neutralizando o conteúdo daquelas denúncias.

Tem-se, assim, que embora a atuação da grande mídia não constitua nenhuma novidade – nem tampouco as reações sociais contrárias a ela⁷³ – não deixa de surpreender a absoluta parcialidade com que ela tem se manifestado atualmente. Apesar de todo esforço para apresentar Michel Temer como um alguém preparado para ocupar a cadeira presidencial e, mais do que isso, promover as políticas adequadas, imprescindíveis e urgentes que o “Brasil demanda”, o assentimento popular⁷⁴ não foi conquistado, especialmente a partir da composição do novo ministério (oito deles sob investigação), das políticas antecipadas por seus ministros⁷⁵ e do slogan positivista do seu governo: *Ordem e Progresso*.

do pedido de *impeachment*, no dia 17 de abril/16, a qual oscilou entre a farsa e a tragédia. De um lado, a maioria esmagadora dos deputados aproveitou a oportunidade para agradecer aos familiares, como se a Sessão fosse uma espécie de progressão pessoal cujos lóros deveriam ser divididos com a família, amigos e eleitores. Raros foram aqueles que se manifestaram tendo como referência as provas que permitiriam – ou não – a admissão de um processo para afastamento de um Presidente da República, conforme preconiza a Constituição. De outro lado, gestos de armas, hostilidades a políticas sociais e de gênero, além de homenagem a torturadores compuseram o conteúdo das manifestações, juntamente com os agradecimentos e homenagens a Deus (além de pedido de “misericórdia”), em que pese a laicidade do Estado brasileiro.

⁷² Manifestações contrárias ao *impeachment* classificam a Globo como golpista, denunciando não somente suas práticas recorrentes no sentido de promover o *impeachment* de Dilma Rousseff, mas suas históricas coberturas anti-sindicais e antipopulares. Práticas que acompanham as Organizações Globo desde a sua fundação, somente um ano após o Golpe Militar de 1964.

⁷³ Da já tradicional “O povo não é bobo, fora a Rede Globo”, as manifestações de 2013 registraram atos bem mais agressivos contra a grande mídia em geral, como queima de carros da imprensa, hostilidade aberta aos repórteres e impedimento de cobertura em determinados locais. Como consequência, muitos desses meios de comunicação têm sido obrigados a retirar a identificação de seus microfones, colocar repórteres desconhecidos do grande público e/ou a valer-se de coberturas à distância e, de preferência, do alto de prédios.

⁷⁴ Pesquisa de opinião realizada pelo instituto Digzoo em parceria com Portal do IG, nos dias 30 e 31 março/2016, registrava que 66% dos internautas consideravam que PMDB traiu a Presidente e nada menos que 83% não queriam Michel Temer como presidente. Além de manifestações populares anti-Temer, há que registrar a ocupação do Ministério da Cultura, em 21 estados por artistas. No RJ, no dia 20/05/16, a apresentação de Caetano Veloso foi destaque, quando ao cantar a música “odeio”, teve o refrão complementado com o nome de Temer pelo público. No dia 21/05/16, o Presidente recuou, recriando o Ministério da Cultura da então Secretaria de Cultura, subordinada ao Ministério da Educação.

⁷⁵ Juntamente com a extinção do Ministério da Cultura e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; a incorporação do Ministério da Previdência ao da Fazenda; a composição exclusivamente

Como terceiro exemplo, há que registrar iniciativas claramente autoritárias, revestidas de legalidade. Somente no mês de abril/16, duas ações reverberaram dentro das universidades brasileiras. A primeira, a Recomendação n. 75 do Ministério Público Federal endereçado à Universidade Federal de Goiás, ‘recomendando’ à instituição não realizar ou permitir “nenhum ato de natureza político-partidária, tendo por objeto o processo de impeachment da Presidente da República”⁷⁶. A Recomendação do MPF/GO exigia, ainda, a relação de “[...] todos os atos [...] que tenham contado com algum tipo de participação dessa instituição, apontando data, hora, local, meios utilizados e responsável pela respectiva autorização administrativa.” A segunda, a liminar concedida por juíza da 9ª Vara Cível de [Belo Horizonte](#), impedindo a realização de debate sobre o *impeachment*, organizado pelo Centro Acadêmico de Direito da UFMG. Sob a mesma lógica, o deputado federal Marcos Montes (PSD/MG) não apenas reuniu-se com representantes do Exército para discutir a contribuição dessa Força para a instauração da “paz no campo”, mas, tem defendido alteração constitucional para a utilização do Exército. De acordo com o Presidente da Frente Agropecuária (FPA) da Câmara Federal, é preciso defender os produtores rurais e a propriedade contra a ação dos “desordeiros financiados pelo próprio governo”. Nas suas palavras: “[...] Se os estados não conseguem fazer isso, nada mais justo que, mudando a Constituição, ou criando alternativas, os governadores acionem as forças nacionais para atuar na defesa do produtor rural.” (**Ruralista vai propor a Temer mudar Constituição para Exército atuar contra o MST**, EBC, 27/04/2016).

Assim, tem-se um movimento crescente de naturalização das alternativas autoritárias e antidemocráticas que alcança tanto o cotidiano quanto a institucionalidade das relações. E, nesse processo, crescem as denúncias de ações arbitrárias pautadas pela punição política, seja sob a persistência de legislação do período ditatorial, como é o caso da intimação da Polícia Federal a uma professora italiana da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em virtude da sua atuação em “sindicatos e partidos”; seja sob a propagação de projetos de lei (nos mesmos moldes daqueles que tramitam no Congresso), nas casas legislativas de sete

masculina e branca do novo Ministério; a duplicação do déficit fiscal (de 96,7 bi para 170,5 bi); as declarações dos ministros da Justiça, da Saúde, das Relações Exteriores e das Cidades, assim como, especialmente, a determinação em ampliar a DRU, flexibilizando ainda mais os gastos obrigatórios para estados e municípios, além da reapresentação da Reforma da Previdência, a qual, segundo Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda, deve nortear-se entre “direito adquirido” e “expectativa de direito”. Anote-se, entretanto, que tanto o aumento do percentual (de 20% para 30%) de flexibilidade das receitas da União no que concerne às obrigações sociais quanto as contrarreformas, especialmente a previdenciária, foram encaminhadas pelo governo de Dilma Rousseff e pelo PT.

⁷⁶ Essa Recomendação caracteriza como “grandes manifestações de brasileiros” aqueles favoráveis ao impeachment e como “protestos de grupos adversos”, as manifestações contrárias.

estados, cujo objetivo é impedir o que seus autores qualificam como “doutrinação ou assédio ideológico⁷⁷” por parte dos professores, estabelecendo, por conseguinte, penalidades que oscilam entre aquelas previstas no direito do trabalho àquelas que alcançam a esfera civil e criminal; seja sob a forma denunciada pela Nota de Repúdio da Associação Latino-americana de Sociologia, segundo a qual professores de sociologia “estão sendo rotulados como comunistas, sendo perseguidos e até mesmo demitidos sem justa causa das escolas onde trabalham por pressão de pais de alunos” (ALAS, maio/2016).

A título de conclusão

A crise na qual o Brasil está imerso é, pois, muito maior do que a crise política conjuntural, pautada pelo *impeachment* da Presidente. O tamanho da crise brasileira está diretamente relacionado ao aprofundamento do projeto neoliberal; à opção programática (econômica e social) e pragmática (congressual) do PT, com a consequente fragilização das relações com suas bases de apoio social; à desconfiança generalizada nas instituições políticas e no instituto da representação; e à intolerância social crescente.

Ao final de mais de 13 anos de governo petista, há um sentimento generalizado de decepção com o Partido, variando tão somente seu viés. Sejam aqueles que estabeleceram com ele uma relação de oportunidade eleitoral em virtude da sua história de lutas, sejam aqueles que estabeleceram com ele uma relação de identidade orgânica. Para militantes e simpatizantes que ainda persistem nas suas fileiras, existe um sentimento que ao mesmo tempo em que reconhece a deterioração ética do Partido, insiste em atribuir à dinâmica do capital, à lógica interna do Estado e às exigências da “governabilidade” (congressual) a responsabilidade das suas decisões políticas. Para esses defensores envergonhados, o PT não aderiu ao neoliberalismo, mas ajustou-se a ele (na esfera econômica) e, assim, sob a égide do seu histórico compromisso popular, promoveu inclusão social, da mesma maneira como manteve relações qualificadas com os movimentos sociais e sindicais. Em resumo: apesar dos “desvios”, deixou um legado social inigualável.

De outra perspectiva, há aqueles que identificam o PT como um partido que mesmo antes de assumir o Poder Federal já havia abandonado seus referentes socialistas (de origem) e efetivado, no processo de exercício do Poder, o afastamento do ideário socialdemocrata.

⁷⁷ A Associação Escola Sem Partido é clara quanto ao seu propósito, isto é, o “fim da doutrinação de esquerda” nas escolas. Para isso, defende que os professores sejam proibidos de falar sobre política, questões de gênero, sexualidade e religião nas salas de aula.

Para esses, a “relação qualificada” entre o PT e os movimentos coletivos dos trabalhadores precisa ser considerada na perspectiva da falta de enfrentamento de parte da maioria desses movimentos, muitos deles dedicados a garantir as condições de “governabilidade” (das ruas). Àquelas organizações que não aceitaram cumprir esse papel, a repressão foi a forma preferencial de “diálogo”⁷⁸.

Esta é, portanto, a questão nodal que envolve o ‘ocaso da esperança’ e que não se restringe ao Brasil, mas o redimensiona. Trata-se de considerar - para compreender o alcance desse ‘ocaso’ - a relevância da política e dos sujeitos sociais que lhe configuram a forma e consequência. Afinal, embora seja inegável e imprescindível a consideração das condições estruturantes da economia e da sociedade, não é possível abstrair da correlação de forças a potencialidade da política. Sem ela, o “determinismo” da economia⁷⁹ (tão comum aos críticos apressados de Marx) parece impor-se à revelia da vontade dos homens que fazem, efetivamente, a história.

É a ação política dos sujeitos sociais, no contexto das demais relações econômicas e sociais, que permite compreender não somente as experiências governativas que configuraram a chamada ‘onda rosa’ latino-americana, mas, especialmente, as razões pelas quais muitas das expectativas depositadas em líderes oriundos das lutas coletivas e/ou comprometidos com a transformação social mais substantiva não se converteram em realidade estruturalmente relevante. Afinal, assim como o capital não se explica por si mesmo, também as experiências governativas não se revelam por si, mas pelas relações (e decisões) que os sujeitos políticos estabelecem entre si.

Na Bolívia, por exemplo, os chamados “novos movimentos sociais” não renunciaram à luta política porque “um dos seus” estava à frente do Poder, mas, ao contrário, souberam emprestar-lhe solidariedade quando foi atacado por forças políticas contrárias ao “processo de cambio”, e, da mesma forma, souberam defender esse processo de transformação quando Evo Morales tentou ampliar os ganhos do capital, prejudicando os trabalhadores. Trata-se, portanto, de uma decisão política que condicionada a uma diretriz fundante que poderia ser simplificada sob a seguinte pergunta: o que deve mobilizar a ação dos trabalhadores organizados? A defesa intransigente do ‘companheiro’ no Poder ou a defesa intransigente dos

⁷⁸ No caso dos professores das universidades, desde o primeiro mandato petista, muitas foram as formas pelas quais o PT tentou neutralizar a força do Sindicato Nacional (ANDES/SN). Da recusa ao diálogo ao empenho para a criação e legitimação de sindicato paralelo (chapa branca), passando pela repressão policial a professores e estudantes durante as greves.

⁷⁹ A eleição da economia (através da sacralização do “mercado”), como sujeito exclusivo e determinante da vida social, aproxima-se de uma espécie de explicação teológica do Poder e, mais uma vez, demanda um reencontro com Maquiavel.

interesses dos trabalhadores?

No caso brasileiro, a experiência petista à frente do Poder Executivo e Legislativo Federal precisa ser considerada sob a perspectiva da dupla dimensão política: a primeira diz respeito à responsabilidade do PT para com a formação e a confiança política dos trabalhadores. Suas escolhas, sob a égide neoliberal, promoveu a corrosão da esperança coletiva não somente nas transformações substanciais que foram “*desviadas*” para programas focalizados associados a contrarreformas, cuja lógica atende à subtração de direitos sociais e trabalhistas, mas, também, na desconfiança na auto-organização coletiva anti-sistêmica. Quantos anos serão necessários para os trabalhadores acreditarem na própria força política e, conseqüentemente, nas organizações de classe?

Diferentemente da Bolívia, no Brasil, a resistência organizada dos trabalhadores foi esvaziada pelas maiores organizações coletivas, primeiramente sob o apelo de “voto de confiança” sem prazo de vencimento, depois, e de maneira retroalimentar, pelo risco sempre iminente de retorno do “neoliberalismo tucano”, cujo destaque era concentrado no adjetivo. Esse processo de ‘governabilidade das ruas’, promovido pelas direções das principais organizações dos trabalhadores, resultou no silêncio obsequioso para com as políticas do PT e seus aliados. Porém, diversamente da ‘governabilidade congressional’, os trabalhadores que garantiram o ‘silêncio das ruas’ não tiveram contrapartidas. Ao contrário. Contabilizam perdas e ataques aos direitos histórica e duramente conquistados.

A segunda dimensão política da atual crise brasileira está relacionada à implementação do *script* de desestabilização. Afinal, o ressentimento de origem econômica e a aversão de ordem moral e política são expressas na cotidianidade da vida coletiva. E, nessas condições, a intolerância social é *conditio sine qua non* para a tolerância para com experimentos autoritários que, inicialmente, parecem como decisões periféricas e isoladas. Desta forma, da mesma maneira como o *script* da desestabilização fertilizou a convergência social quanto ao *impeachment* (sob a ritualidade dos procedimentos, mas sob a seletividade dos réus e dos fatos⁸⁰), ele também serve como base de cultivo à naturalização de iniciativas de conteúdo não-democrático e/ou antidemocrático.

⁸⁰ A revelação do teor de conversas entre o atual Ministro do Planejamento, Romero Jucá, com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, expõe a preocupação de ambos quanto ao alcance da Operação Lava Jato, assim como as possíveis articulações para “estancar a sangria”. Dentre as soluções abordadas, consta a mudança de governo através do *impeachment* (“uma coisa política e rápida”) e a construção, pelo governo Temer, de um pacto nacional “com o Supremo, com tudo”, de maneira a parar a investigação, delimitando “onde está, pronto”. O Ministro registrou que tem acesso à maioria dos ministros do STF, ressaltando que Teori Zavascki é “um cara fechado”. (**Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato**. *Folha de S. Paulo*, 23/05/2016).

Diante disso, mesmo aqueles que nunca pouparam críticas ao PT reconhecem a gravidade da conjuntura e a combinação explosiva dos três eixos, que minam as bases de qualquer democracia, mesmo que nos limites da democracia procedimental. Nesse sentido, apesar de todas as críticas ao PT (seja quanto aos custos sociais do seu projeto de sociedade, seja quanto à corrosão ética), muitos têm se manifestado em defesa da democracia, mesmo que nos estreitos limites de um Estado de Direito que inexistia para muitos brasileiros, que vivem à margem da cobertura protetiva do Estado. Há compreensão, contudo, que mesmo que nos limites desse Estado, é preciso preservá-lo, pois a história recente do Brasil não lhe permite transigir nem tampouco o apagamento da memória.

Desta forma, o ocaso da ‘onda rosa’ latino-americana revela mais do que derrotas eleitorais e/ou decepções pontuais com líderes e partidos reconhecidos como socialmente comprometidos com os interesses dos trabalhadores; ele desvela um processo crescente de decepção e desesperança que não se limita aos processos eleitorais. Afinal, ao mesmo tempo em que se manifesta desconfiança nas alternativas eleitorais mudancistas⁸¹, essa desconfiança também alcança outras formas de participação política, como uma espécie de ‘onda’ ressentida que se estende a outras organizações coletivas. Conseqüentemente, se a ‘onda rosa’ expressou o desejo de mudança, agora impõe-se recuperar a esperança – e a confiança – nas organizações coletivas como instrumentos políticos autônomos.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: EdUNESP, 2001.

DE LA TORRE, Carlos de. PERUZZOTTI, Enrique (Ed.). **El retorno del pueblo. Populismo y nuevas democracias en América Latina**. Quito/Ecuador: FLACSO; Ministerio de Cultura del Ecuador, 2008

GARCÍA LINERA, Álvaro. **Imperio, multitud y sociedad abigarrada**. NEGRI, Toni. et al. La Paz: Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO; Vicepresidencia de la Republica; Presidencia del H. Congreso Nacional, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

⁸¹ Processos eleitorais (ou sua proximidade temporal) registram manifestações que oscilam entre absenteísmo eleitoral e votos em candidaturas conservadoras e/ou retrógradas.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Olívia Bauduh. São Paulo: Ed. Nova Cultural Ltda., 1999.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo. [et al.]. 2. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat - Barão de. **Do Espírito das Leis**. In OS PENSADORES. Tradução de Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MORAES, Dênis de. **Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial**. In Mídia, poder e contrapoder. Da concentração monopólica à democratização da informação. MORAES, Dênis de. RAMONET, Ignacio. SERRANO, Pascual. Tradução de Karina Patrício. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

NEGRI, Toni. El movimiento de los movimientos. In: NEGRI, Toni. et al. **Imperio, multitud y sociedad abigarrada**. La Paz: Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO; Vicepresidencia de la Republica; Presidencia del H. Congreso Nacional, 2008.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. (Orgs.). **Hegemonia às Avessas: Economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PÉREZ, Mamerto. La Ley de Participación Popular en una perspectiva indígena. In: GRAMMONT, Hubert C. de. (Comp.). **La construcción de la democracia en el campo latinoamericano**. Buenos Aires: CLASCO, 2006.

RAMONET, Ignacio. **Meios de Comunicação: Um poder a serviço de interesses privados?**. In Mídia, poder e contrapoder. Da concentração monopólica à democratização da informação. MORAES, Dênis de. RAMONET, Ignacio. SERRANO, Pascual. Tradução de Karina Patrício. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SILVEIRA, Alair. **Neopopulismo na América Latina: Em foco Lula e Hugo Chávez**. Trabalho apresentado no VI Congresso Latino-americano de Ciência Política. ALACIP. Equador: Quito, 2012.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: EdUSP, 2000.

_____. **Os sentidos do Lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

TAPIA, Luis. (opinião). In: NEGRI, Toni. et al. **Imperio, multitud y sociedad abigarrada**. La Paz: Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO; Vicepresidencia de la Republica; Presidencia del H. Congreso Nacional, 2008.

TRAINE, Martin. **Neopopulismo**: O estilo político da pop-modernidade. In Cadernos Adenauer: Neopopulismo na América Latina. Ano V (2004) Nº 2. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2004.

TROTSKY, Leon. **La teoría de la revolución permanente** (compilación). Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000.

WEBER, Max. Os tipos de dominação. In **Economia e Sociedade** – Fundamentos da Sociologia Contemporânea. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elisabe Barbosa. Revisão Técnica de Gabriel Cohn. Brasília/DF: Editora UnB, 1991.